

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 286/2026

UASG: 928372

1. INTRODUÇÃO / INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Torna-se público que o **Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia, CISAN Central/RO**, por meio do Departamento de Compras e Licitações, sediado na Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional, Ariquemes/RO, CEP 76.872-872, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, por meio do Processo nº 286/2026, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo ABERTO, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. DEFINIÇÕES DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação e soldagem de Geomembrana, Tubos e Conexões em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), por meio do processo de termofusão, incluindo mão de obra qualificada e disponibilização de equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços, para as obras de instalação de impermeabilização das células de Resíduos Sólidos Urbanos e operação dos aterros sanitários de Ariquemes/RO e Jaru/RO do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN CENTRAL/RO), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	QUANT.	UND.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	1	Serviço	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação e soldagem de Geomembrana, Tubos e Conexões em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), por meio do processo de termofusão, incluindo mão de obra qualificada e disponibilização de equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços, para as obras de instalação de impermeabilização das células de Resíduos Sólidos Urbanos e operação dos aterros sanitários de Ariquemes/RO e Jaru/RO do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN CENTRAL/RO).	R\$ 371.011,52



2.2. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 371.011,52 (trezentos e setenta e um mil, onze reais e cinquenta e dois centavos)**, para ser utilizado durante o período de 12 (doze) meses.

2.3. Fica estabelecido que o Consórcio CISAN Central/RO somente aceitará propostas com valores iguais ou inferiores ao valor estimado, não sendo admitidas propostas com valores superiores ao montante estimado pela Administração.

2.4. As informações referentes aos valores a serem pagos no desenvolvimento do serviço e suas especificações encontram-se devidamente detalhados no **Quadro 3 – Descrição dos itens, quantitativos e dos preços médios identificados nos orçamentos obtidos por item, e total do valor médio da contratação, parte deste Termo de Referência.**

2.5. O objeto é classificado como serviço comum nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.6. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos, conforme as especificações do objeto.

2.7. A licitante deverá participar do item único, tendo em vista que o critério de julgamento será o de menor preço global.

2.8. Contudo, a proposta de preços deverá ser apresentada conforme o Anexo II do edital, contemplando o valor global e, de forma discriminada, os valores unitários de cada item/serviço que compõe o objeto, a fim de possibilitar à Administração o conhecimento detalhado da formação dos preços.

2.9. A apresentação dos valores unitários não desobriga a licitante de ofertar proposta para o valor global, que será o parâmetro para fins de julgamento.

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

3.1. A estimativa das quantidades levou em consideração os projetos elaborados para a execução das obras de construção de uma nova célula de resíduos no Aterro Sanitário de Ariquemes, e os projetos de ampliação da célula de resíduos do Aterro Sanitário de Jarú.

3.2. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base em critérios técnicos, considerando a necessidade de execução das obras de ampliação das



células de disposição final de resíduos não inertes (Classe II) dos aterros sanitários de Ariquemes e Jarú, contemplando a implantação dos sistemas de impermeabilização e drenagem de chorume, essenciais à adequada operação e segurança ambiental das unidades.

3.3. Os quantitativos dos serviços de instalação e soldagem de geomembrana em PEAD, bem como de tubos e conexões destinados ao sistema drenante, foram definidos conforme os projetos executivos das obras de ampliação dos aterros sanitários, considerando as dimensões das células projetadas, as soluções de engenharia adotadas e as especificações técnicas necessárias para garantir o desempenho hidráulico, estrutural e ambiental dos sistemas implantados.

3.4. As quantidades estimadas correspondem ao volume de serviços necessário para a execução integral das etapas previstas em projeto, assegurando a continuidade operacional das unidades e o atendimento às exigências técnicas e ambientais aplicáveis às atividades de disposição final de resíduos sólidos urbanos.

3.5. Os quantitativos foram definidos como limites máximos de contratação, sendo a execução dos serviços condicionada à efetiva necessidade operacional, formalizada por meio de ordens de serviço, respeitando o planejamento institucional, a disponibilidade orçamentária e os princípios da economicidade e eficiência administrativa.

3.6. Considerando que as instalações foram previstas em 03 etapas, conforme Quadro 02, a empresa contratada deverá prever, em sua proposta, os custos de mobilização e desmobilização necessários à execução dos serviços, de acordo com o cronograma a ser apresentado pelo órgão contratante para cada fase.

3.7. Dessa forma, com base nos quantitativos definidos nos projetos executivos das obras de ampliação dos aterros sanitários de Ariquemes e Jarú, seguem abaixo os serviços previstos para contratação, necessários à execução das etapas de implantação.



Quadro 1 – Quantidade total de materiais a serem instalados para unidades operacionais do CISAN Central/RO.

Item	Descrição	Unidade	A.S Jaru	A.S Ariquemes (Etapa 01)	A.S Ariquemes (Etapa 02)	Total
1	GEOMEMBRANA DE PEAD LISA 2 MM COR PRETA	m²	7.500	16.520	14.750	38.770
2	TUBO LISO RÍGIDO DE PEAD DE 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 COM DRENO (PERFURADO)	m	516	828	840	2.184
3	TUBO LISO RÍGIDO EM PEAD DE 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 SEM DRENO (SEM FURO)	m	162	-	-	162
4	TUBO LISO RÍGIDO EM PEAD DE 250mm PE 100 PN 8 SDR 21 SEM DRENO (SEM FURO)	m	-	354	84	438
5	TE PEAD DE 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 (COM EXTREMIDADE LISAS P/ SOLDA TOPO)	und	7	16	12	35
6	CRUZETA PEAD DE 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 (COM EXTREMIDADE LISAS P/ SOLDA TOPO) PARA TUBO LISO	und	-	9	9	18
7	CURVA 90° PEAD DE 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 PARA TUBO LISO	und	1	-	-	2
8	CURVA 45° PEAD DE 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 PARA TUBO LISO	und	1	-	-	2
09	JUNÇÃO "Y" PEAD DE 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 PARA TUBO LISO	und	6	-	-	6
10	JUNÇÃO "Y" PEAD DE 250mm PE 100 PN8 SDR 21 PARA TUBO LISO	und	-	2	2	4
11	JOELHO 90° PEAD DE 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 PARA TUBO LISO	und	-	4	-	4
12	JOELHO 45° PEAD DE 250mm PN8 SDR 21 PARA TUBO LISO	und	-	2	4	6



4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO/JUSTIFICATIVA

4.1. Segundo a Norma Brasileira Registrada ABNT NBR 8.419/1992, aterro sanitário é a técnica de disposição final de resíduos sólidos urbanos que não causa danos à saúde pública e à segurança ambiental, utilizando princípios de engenharia para o confinamento controlado dos resíduos, com redução dos impactos ambientais e adoção de sistemas permanentes de controle e monitoramento. Para que essa técnica seja efetiva, torna-se indispensável a implantação de sistemas de impermeabilização do solo, proteção mecânica e drenagem de líquidos e gases gerados pela decomposição dos resíduos, garantindo o controle ambiental, a estabilidade geotécnica e a operação segura das unidades operacionais.

4.2. A presente contratação decorre da necessidade técnica e operacional de assegurar a instalação de materiais essenciais para operação das células de disposição final de resíduos sólidos urbanos dos aterros sanitários sob responsabilidade do CISAN CENTRAL/RO, compreendendo a instalação de geomembrana em polietileno de alta densidade (PEAD), e solda de tubos e conexões em PEAD.

4.3. Tais estruturas integram o serviço público essencial de manejo e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos (aterro sanitário), cuja continuidade é obrigatória, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos instituída pela Lei nº 12.305/2010, que estabelece a responsabilidade dos entes públicos pela adoção de soluções técnicas capazes de prevenir danos ambientais e assegurar a proteção da saúde pública.

4.4. As atividades desenvolvidas pelo Consórcio demandam intervenções permanentes relacionadas à implantação de novas células de disposição, ampliação das áreas operacionais existentes e adequação das estruturas de controle ambiental, incluindo sistemas de impermeabilização, camadas de proteção mecânica e redes de drenagem e condução de chorume. Esses sistemas constituem elementos estruturais indispensáveis da engenharia de aterros sanitários, responsáveis por impedir a percolação de líquidos contaminantes no solo e garantir a coleta e condução adequada dos efluentes gerados.



4.5. A execução dessas estruturas está vinculada a cronogramas físicos previamente estabelecidos para as obras de ampliação e adequação das unidades operacionais, sendo imprescindível a disponibilidade de materiais no momento adequado para assegurar a continuidade das frentes de serviço e também a disponibilidade de equipe especializada para realizar a instalação e evitar atrasos na programação operacional.

4.6. A ausência ou insuficiência de disponibilização de equipe com equipamentos necessários para instalação através de soldagem por termofusão das geomembrana e tubos compromete diretamente o cumprimento do cronograma de execução das obras e a continuidade da operação regular dos aterros sanitários, podendo ocasionar paralisações das atividades de implantação das células, atrasos na disponibilização de áreas aptas à disposição de resíduos e aumento dos riscos ambientais decorrentes da sobrecarga das estruturas existentes. Tal cenário pode resultar em impactos à prestação do serviço público essencial, elevação de custos operacionais decorrentes de soluções emergenciais e eventual descumprimento das condicionantes estabelecidas nos licenciamentos ambientais das unidades.

4.7. Dessa forma, a contratação de empresa especializada em soldagem por método de termofusão de geomembrana, tubos e conexões em PEAD mostra-se tecnicamente necessária para garantir a execução contínua e programada das obras, a adequada impermeabilização das células, a eficiência dos sistemas de drenagem de chorume e gases e a manutenção da regularidade operacional dos aterros sanitários consorciados.

4.8. A contratação contribui para o atendimento das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, para a proteção ambiental e para a segurança sanitária, assegurando a continuidade da prestação dos serviços públicos de manejo e disposição final de resíduos sólidos urbanos aos municípios integrantes do CISAN CENTRAL/RO.

5. METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS

5.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada a partir de metodologia técnica de pesquisa de preços, em conformidade com os princípios da economicidade, razoabilidade, planejamento e eficiência administrativa, conforme preconiza a Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. Para a composição dos custos, procedeu-se ao levantamento de preços junto ao mercado local e regional, por meio de cotações com fornecedores especializados no



fornecimento de serviços de instalação e soldagem de geomembrana em PEAD, tubos e conexões em PEAD, de modo a assegurar aderência aos valores efetivamente praticados no mercado e compatibilidade com as condições logísticas e operacionais da região de atuação do CISAN CENTRAL/RO.

5.3. A metodologia adotada para definição do preço estimado considerou a média dos valores coletados, após cotações formais com empresas especializadas no objeto da contratação;

5.4. Dessa forma, o valor global estimado da contratação corresponde a R\$ 371.011,52 (trezentos e setenta e um mil, onze reais e cinquenta e dois centavos).



Quadro 3 – Descrição dos itens, quantitativos e dos preços médios identificados nos orçamentos obtidos por item, e total do valor médio da contratação.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	PONTOS SOLDA	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Instalação e solda de Geomembrana PEAD 2,0mm Lisa Cor Preta	m²	38.770	-	R\$ 3,28	R\$ 127.165,60
2	Instalação e solda de Tubo Liso Rígido de PEAD 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 – com dreno (perfurado)	serv	2.184	364	R\$ 292,06	R\$ 106.309,84
3	Instalação e solda de Tubo Liso Rígido de PEAD 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 – sem dreno (sem furo)	serv	162	27	R\$ 292,06	R\$ 7.885,62
4	Instalação e solda de Tubo Liso Rígido de PEAD 250mm PE 100 PN 8 SDR 21 – sem dreno (sem Furo)	serv	438	73	R\$ 329,14	R\$ 24.027,22
5	Instalação e solda de Te PEAD 160mm PE 100 PN 8 SDR 21	serv	35	70	R\$ 292,06	R\$ 20.444,20
6	Instalação e solda de Cruzeta PEAD 160mm PE 100 PN 8 SDR 21	serv	18	72	R\$ 292,06	R\$ 21.028,32
7	Instalação e solda de Curva 90° PEAD 160MM PE 100 PN 8 SDR 21 para Tubo Liso	serv	2	4	R\$ 292,06	R\$ 1.168,24
8	Instalação e solda de Curva 45° PEAD 160MM PE 100 PN 8 SDR 21 para Tubo Liso	serv	2	4	R\$ 292,06	R\$ 1.168,24
9	Instalação e solda de Junção "Y" PEAD 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 para Tubo Liso	serv	6	18	R\$ 292,06	R\$ 5.257,08
10	Instalação e solda de Junção "Y" PEAD 250mm PE 100 PN 8 SDR 21 para Tubo Liso	serv	4	12	R\$ 329,14	R\$ 3.949,68
11	Instalação e solda de Joelho 90° PEAD 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 para Tubo Liso	serv	4	8	R\$ 292,06	R\$ 2.336,48
12	Instalação e solda de Joelho 45° PEAD 250mm PE 100 PN 8 SDR 21 para Tubo Liso	serv	6	12	R\$ 329,14	R\$ 3.949,68
13	Mobilização, Desmobilização, Alimentação e Hospedagem	Und.	3	-	R\$ 15.440,44	R\$ 46.321,32
MÉDIA VALOR TOTAL					R\$ 371.011,52	



6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução dos serviços de instalação e soldagem por método de termofusão de geomembrana em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), e tubos e conexões em PEAD, destinados à implantação, ampliação e operação das estruturas de disposição final de resíduos sólidos urbanos sob gestão do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN CENTRAL/RO, observadas as especificações técnicas, quantitativos estimados e condições estabelecidas no processo de contratação.

6.2. As obras de impermeabilização serão empregadas nas obras de infraestrutura dos aterros sanitários consorciados, contemplando:

6.2.1. No aterro sanitário do município de Jarú, para ampliação da célula de disposição de resíduos não inertes, garantindo a continuidade operacional da unidade e a adequação às exigências ambientais e operacionais vigentes.

6.2.2. No aterro sanitário do município de Ariquemes, para construção de nova célula de disposição de resíduos sólidos urbanos, cuja execução ocorrerá por etapas, sendo esta contratação destinada ao atendimento da Etapa 01 e 02 previstas no projeto executivo.

6.3. Os quantitativos de metros quadrados de geomembrana e números de solda dos tubos previstos não serão executados de imediato, sendo especificado que a prestação do serviço será mediante ordem de serviço especificando a metragem e de forma parcelada, conforme demanda do Consórcio CISAN.

6.4. Os licitantes deverão considerar, na formação de seus preços, a logística necessária para realização de execução dos serviços de forma fracionadas, incluindo custos de transporte, hospedagem, alimentação, não sendo admitida posterior alegação de desconhecimento das condições operacionais de fornecimento.

6.5. Sob a perspectiva da gestão pública, a solução proposta contribui para a continuidade de serviço público essencial, reduz riscos de interrupção das obras e da operação dos aterros sanitários, assegura maior previsibilidade orçamentária, evita contratações emergenciais e promove a aplicação eficiente dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência administrativa e com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010.



7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Sustentabilidade:

7.2. A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, devendo a empresa contratada adotar práticas que minimizem os impactos ao meio ambiente durante a execução dos serviços, especialmente no que se refere ao uso adequado de recursos, à destinação correta de resíduos gerados e à prevenção de danos ambientais. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas ambientais aplicáveis, garantindo a integridade dos sistemas de impermeabilização e drenagem, de modo a evitar riscos de contaminação do solo e das águas, em consonância com a legislação ambiental vigente e com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

7.3. Subcontratação, cessão e/ou transferência:

7.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7.5. Requisitos da Contratação:

7.6. A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais, normativos e legais que assegurem a qualidade dos serviços a serem prestados, considerando a necessidade das obras de engenharia executadas pelo CISAN CENTRAL/RO, especialmente aquelas relacionadas à implantação das células de resíduos dos aterros sanitários.

7.7. As empresas participantes do certame deverão apresentar documentação de Regularidade Jurídica, Fiscal, Social, Trabalhista, Qualificação Técnica e Econômico-Financeiro, nos moldes nos artigos 66, 67, 68 e 69, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.8. A empresa deverá possuir condições, equipe qualificada e equipamentos necessários para executar o serviço contemplado no Termo de Referência.

7.9. A empresa contratada deve ser especializada na instalação de geomembrana, tubos e conexões em PEAD para impermeabilização, com capacidade técnica para soldagem através do método de termofusão.

7.10. A descrição detalhada dos requisitos encontra-se pormenorizada no item 5 e seus subitens do Estudo Técnico Preliminar.

7.11. Garantia da Contratação:



7.12. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, não será exigida prestação de garantia contratual para a celebração do contrato.

8. DETALHAMENTO TÉCNICO DO MÉTODO DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE SOLDA TERMOFUSÃO:

8.1. A solda de topo por termofusão inclui 4 etapas: preparação, aquecimento (fusão), solda e resfriamento.

8.2. A preparação é de extrema importância para garantia da instalação e uma boa soldagem, essa etapa compreende.

8.2.1. Alinhamento dos tubos e/ou conexões;

8.2.2. Limpeza das superfícies de solda;

8.2.3. Faceamento das extremidades de solda, assegurando o perfeito paralelismo das partes e a remoção de possível camada oxidada;

8.3. O aquecimento subdivide-se em 2 fases: pré-aquecimento e aquecimento propriamente dito.

8.3.1. O pré-aquecimento objetiva, primordialmente, assegurar que as superfícies de solda estejam totalmente em contato com a placa de aquecimento, é de curta duração com pressão elevada.

8.3.2. O aquecimento se processa a baixas pressões, praticamente zero, e por tempo correlacionado com a superfície de solda, para que o material atinja a temperatura de fusão apropriada.

8.4. A solda consiste na compressão das superfícies de solda fundidas, para que ocorra a penetração e a interligação molecular das duas partes. A pressão de solda deve ser mantida até que a temperatura caia abaixo da temperatura de fusão do material.

9. PRAZO/LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

9.1. O objeto deste Termo de Referência deverá ser executado, nas dependências do Consórcio CISAN, conforme ordem de serviço com a metragem especificada, o quantitativo e o local dos trabalhos, nos seguintes endereços a seguir.

9.2. Central de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos de Ariquemes: Aterro Sanitário - Unidade de Ariquemes. Endereço: RO 257, Linha C 60, Lote 13 B, Gleba 20, Área de Expansão Urbana, Município de Ariquemes/RO.



9.3. Central de Disposição Final de Resíduos Sólidos de Jarú: Aterro Sanitário – Unidade de Jarú. Endereço: Lote 11-B, situado na Gleba 52, na Rodovia RO-464 (linha 603, sentido Município de Theobroma), área rural, Município de Jarú/RO.

9.4. A prestação do serviço será mediante ordem de serviço, e será realizada de forma parcelada ou conforme demanda, respeitando os prazos definidos pelo CISAN CENTRAL/RO, para os Aterros Sanitários de Ariquemes/RO e Jarú/RO.

9.5. As datas específicas de cada realização das etapas serão definidas pela Administração conforme o cronograma físico-financeiro da obra, podendo ocorrer antecipações ou postergações em razão de condições operacionais, climáticas, ajustes técnicos ou reprogramações devidamente justificadas pela fiscalização contratual.

9.6. Para assegurar adequado planejamento logístico por parte da contratada e garantir a continuidade da execução dos serviços, a Administração comunicará formalmente a necessidade de execução dos serviços com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos.

9.7. Eventual impossibilidade de início dos serviços deverá ser comunicada formalmente pela contratada à Administração, devidamente justificada, para fins de análise, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas.

9.8. A execução dos serviços será precedida de Ordem de Serviço emitida pela Administração, na qual constará o local, quantitativo e prazo para execução.

9.9. A contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

9.10. A instalação da geomembrana deverá observar todas as especificações técnicas recomendadas, atendendo às normas ABNT NBR 16199:2020 — Barreiras geossintéticas – Instalação de geomembranas poliméricas e NBR 16757-2:2020 — Geossintéticos — Requisitos para aplicação – Parte 2: Barreiras geossintéticas.

9.11. A manta PEAD 2 mm deverá ser instalada na base (impermeabilização inferior ou de fundo), no interior das valas de dreno tipo espinha de peixe e lateralmente (impermeabilização lateral) nos taludes.

9.12. Os Tubos e Conexões em PEAD deverão ser instalados e soldados em



conformidade com os projetos.

9.13. A CONTRATADA deverá executar os serviços com mão de obra, máquinas e equipamentos necessários para a instalação. As despesas com deslocamento, estadia e alimentação serão por conta da CONTRATADA.

9.14. O horário de funcionamento dos aterros sanitários são: De segunda-feira a sexta-feira, das 07:30h ao 12:00h, das 14:00h as 17:30h.

9.15. Os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo geomembrana em PEAD, tubos e conexões destinados ao sistema drenante, serão fornecidos pela Administração.

9.16. Compete à contratada a execução dos serviços de instalação e soldagem, bem como o adequado manuseio, aplicação e utilização dos materiais fornecidos, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes de imperícia, negligência ou uso inadequado.

9.17. A contratada deverá conferir os materiais no momento do recebimento, comunicando formalmente à fiscalização quaisquer irregularidades identificadas, não podendo alegar posteriormente desconhecimento para justificar falhas na execução dos serviços.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. A empresa vencedora deve executar o objeto em conformidade com as especificações descritas neste Termo de Referência e vinculadas à proposta por ela apresentada, sendo de sua inteira responsabilidade a conformidade na instalação garantindo a qualidade do serviço para que seja impermeabilizada a célula de forma completa e o sistema de drenagem não apresente falhas provenientes do serviço executado.

10.2. A Administração se reserva o direito de devolver, no todo ou em parte, o objeto que não atender ao que ficou estabelecido no edital e/ou que não esteja adequado para o uso.

10.3. Todas as despesas relativas à execução do objeto tais como fretes e/ou transportes, alimentação, manutenção, hospedagem, correrão à custa exclusivamente da Empresa vencedora.

10.4. Todos os meios de comunicação tais como e-mail, telefone, WhatsApp, deverá permanecer devidamente atualizados durante toda a vigência contratual, sendo de



responsabilidade exclusiva da Contratada informar à Administração quaisquer atualizações.

10.5. O período de medição e faturamento abrangerá o período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês relativos à prestação de serviços.

10.6. O fornecimento dos serviços será através de solicitação/pedido enviado, pela Gestão Contratual, discriminando o quantitativo da necessidade do Departamento solicitante.

10.7. A qualidade do serviço é de inteira responsabilidade da Contratada.

10.8. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.9. A contratada será responsável pela execução integral dos serviços, incluindo mão de obra, equipamentos, ferramentas, logística, transporte, alimentação e demais insumos necessários, sem ônus adicional para a Administração.

10.10. A medição dos serviços será realizada com base nos quantitativos efetivamente executados, devidamente atestados pela fiscalização contratual, considerando as unidades de medida previstas neste Termo de Referência.

11. RECEBIMENTO

11.1. Em conformidade com os artigos 107 e 140 da Lei Federal Nº. 14.133/21 o objeto da presente licitação será recebido:

11.2. Provisoriamente: de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contidas neste Termo de Referência no prazo máximo de 5 (cinco) dias contínuos.

11.3. Definitivamente: de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contidas neste Termo de Referência no prazo máximo de 5 (cinco) dias contínuos.

11.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pelo recebimento do objeto em conformidade com este Termo de Referência, nem a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



11.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.6. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais ocorrerão por conta da contratada.

11.7. O período de medição e faturamento abrangerá o período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês relativos à prestação dos serviços.

12. HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

12.3. No caso de Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

12.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

12.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

12.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.



12.8. Documentos de identificação contendo RG e CPF do (s) sócio (s) ou sócio administrador.

12.9. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF).

12.10. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

12.11. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

12.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

12.13. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

13.1. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014).

13.2. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

13.3. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

13.4. Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

13.5. Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso,



parcelado e em fase de adimplemento.

13.6. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

14. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.1. Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº 11.101/05 (falência e concordata) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

14.2. Nas hipóteses em que a certidão prevista na alínea anterior seja positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, devendo ainda demonstrar que a contratação respeita os limites previstos no seu plano de recuperação.

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar experiência compatível com o objeto licitado, por meio da apresentação de certidão ou atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando que a licitante executou serviços de instalação e soldagem de geomembrana em PEAD, tubos e conexões em PEAD, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

15.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

15.3. A empresa contratada deve ser especializada na instalação de Geomembrana em PEAD para impermeabilização, com capacidade técnica para soldagem através do método de Termofusão.

15.4. O atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos serviços.



15.5. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

15.6. Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, conforme previsto no art. 67, da Lei nº 141.133/21, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.

15.7. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia da (s) Nota (s) Fiscal (is) e correspondentes ao (s) Atestado (s) de Capacidade Técnica apresentados.

15.8. Certificado de Registro no Conselho Pertinente da Empresa.

15.9. Certificado de Registro no Conselho Pertinente do Responsável Técnico.

15.10. A CONTRATADA deverá fornecer a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) para os serviços executados.

16. DECLARAÇÕES A SEREM ANEXADAS JUNTO COM A HABILITAÇÃO

16.1. A licitante deverá apresentar Declaração de Autenticidade, conforme modelo constante no Anexo do Edital.

16.2. A licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante no Anexo do Edital.

16.3. Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C.F. de 1988, Anexo do Edital.

16.4. A empresa licitante deverá apresentar Declaração de Enquadramento para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme modelo constante no Anexo do Edital.

16.5. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.



16.6. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado via canais de comunicação indicados neste Termo de Referência/e Edital, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

16.7. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação modelo de Declaração está no anexo do Edital.

16.8. A ausência das **declarações exigidas nos subitens 16.1 até 16.7** não implicará, por si só, a inabilitação da licitante, ressalvando-se que a empresa vencedora permanecerá obrigada ao cumprimento integral das disposições legais aplicáveis, podendo o Pregoeiro(a) solicitar, de forma complementar, o envio das referidas declarações.

16.9. A documentação relativa à habilitação deverá ser anexada no sistema eletrônico *Compras.gov* no momento do cadastro da proposta.

16.10. A licitante estará obrigada a atender a todas as exigências de habilitação constantes neste Edital. O não atendimento a qualquer requisito acarretará a AUTOMÁTICA INABILITAÇÃO da licitante.

16.11. A documentação de habilitação anexada no sistema **Compras.gov**, desde que atenda a todas as exigências, terá validade para todos os itens do certame nos quais a licitante participe, inclusive para eventuais itens posteriormente negociados no mesmo procedimento licitatório.

16.12. A documentação requerida deverá ser anexada corretamente no sistema *Compras.gov*, preferencialmente em arquivo único, nos formatos aceitos (zip, doc, docx, xls, jpg, entre outros), considerando que o campo de inserção é único.

16.13. A apresentação da documentação de habilitação implicará na plena aceitação, pela licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, vinculando seu autor ao integral cumprimento das obrigações inerentes ao certame.

16.14. Havendo necessidade de análise minuciosa dos documentos apresentados, o Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública, comunicando no chat do sistema a nova data e horário para sua continuidade.



16.15. Para fins de habilitação, a verificação realizada pelo Pregoeiro(a) nos sítios oficiais dos órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

16.16. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua habilitação, seja pela ausência de documentos obrigatórios ou pela apresentação em desacordo com o estabelecido neste Edital.

16.17. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, constatada restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista, a licitante será convocada para comprovar sua regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, prorrogável por igual período mediante justificativa aceita pela Administração.

16.18. A não regularização no prazo estabelecido acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, podendo ser convocados os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, com direito à prorrogação do prazo para regularização nas mesmas condições previstas no subitem anterior.

16.19. Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, contendo o número do CNPJ e o endereço correspondente, nos termos seguintes:

a) Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) Caso a licitante seja filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

16.20. Documentos emitidos exclusivamente em nome da matriz poderão ser aceitos para a filial e vice-versa, desde que comprovada a situação.

16.21. Na hipótese de a matriz ser a licitante, mas a prestadora do objeto ou emissora da fatura/nota fiscal ser filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

16.22. Verificada a conformidade com as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor.

16.23. A comprovação do preenchimento dos requisitos poderá exigir a apresentação dos documentos originais quando houver dúvida quanto à autenticidade ou integridade dos documentos digitais.

16.24. Havendo a necessidade de apresentação dos documentos originais, estes deverão ser encaminhados presencialmente ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região



Central de Rondônia (CISAN Central/RO), no horário das 07h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min de segunda a quinta-feira, e das 07h30min às 13h00min às sextas-feiras, sito à Rua Canindé, nº 3622 – Setor Institucional, Ariquemes – RO, CEP 76872-872, ou enviados por meio eletrônico ao e-mail compras@cisancentral.ro.gov.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação.

17. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

17.1. Poderão participar desta licitação todas as empresas cujo objeto social seja compatível com o objeto deste certame, devidamente qualificadas, mediante comprovação das regularidades fiscais, jurídicas, tributárias, econômicas, técnicas e demais órgãos regulamentadores.

17.2. Não poderão disputar esta licitação (Previstos nos Arts. 9º e 14º da Lei nº 14.133/2021):

17.3. Aqueles que não atendam às condições previstas neste Termo de Referência e seus anexos;

17.4. Os autores do anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

17.5. Empresas, isoladamente ou em consórcio, responsáveis pela elaboração do projeto básico ou executivo, bem como aquelas das quais os autores dos projetos sejam dirigentes, gerentes, controladores, acionistas com participação superior a 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsáveis técnicos ou subcontratados, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a eles necessários;

17.6. Pessoas físicas ou jurídicas que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

17.7. Aqueles que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



17.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que concorram entre si;

17.9. Pessoas físicas ou jurídicas que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

17.10. Agentes públicos do órgão ou entidade licitante;

17.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade;

17.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

17.13. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

17.14. Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação, onde tais serão exigidas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado;

17.15. Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus quadros, funcionários ou servidores do CISAN Central/RO, inclusive na condição de sócio ou dirigente;

17.16. Não poderão participar empresas estrangeiras que não funcionem no país;

17.17. Não poderão participar empresas que estejam declaradas inidôneas ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR



18.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, em **REGIME ABERTO**.

18.2. O prestador de serviço selecionado será a empresa que apresentar menor preço global, desde que sejam atendidos plenamente as condições de habilitação e demais exigências previstas neste Termo de Referência e no edital, com toda a documentação exigida.

19. CONTRATO

19.1. O Consórcio Intermunicipal de Saneamento Região Central de Rondônia – CISAN CENTRAL/RO convocará a empresa vencedora da licitação para assinatura do Contrato por meio de ofício, encaminhada via e-mail, devendo o comprovante ser acostado ao processo.

19.2. Para assinatura do Contrato, a empresa terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação para assinatura via e-mail.

19.3. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado por igual período, desde que apresentada justificativa com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas antes do prazo final e aceito pelo CISAN Central/RO.

19.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta online ao SICAF, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

19.5. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato e termo de referência.

19.6. Quando da assinatura do contrato, a Contratada poderá apresentar Carta de Preposto, indicando sócio ou empregado da empresa para representá-la durante a vigência contratual, onde deverão constar, no mínimo, os seguintes dados: nome completo, CPF, RG, função na empresa e qualificação profissional.

19.7. Do Prazo de Vigência:

19.8. A vigência será de 12 (doze) meses, a partir da emissão da Ordem de Serviço na



forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado sucessivamente até 120 (cento e vinte) meses, conforme estabelece o Art. 106. e Art. 107 da lei 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos desde que mantidas as condições que justificara a contratação e demonstrada a vantajosidade econômica para a Administração.

19.9. É condição para efetivação dos pagamentos que o contrato esteja devidamente assinado pelas partes e o extrato do contrato publicado nos meios oficiais, com comprovação juntada aos autos.

19.10. O não cumprimento desta condição implicará em penalidades à empresa vencedora, ficando esta passível de convocação do segundo classificado.

19.11. Acréscimos e supressões:

19.12. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que o CISAN Central/RO, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar no valor inicial atualizado do objeto adjudicado, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento).

19.13. Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, por meio do termo aditivo.

19.14. Da Repactuação do Contrato:

19.15. O prazo mínimo para a primeira repactuação será contado a partir:

I. Da data limite constante do edital para apresentação da proposta ou orçamento;

II. Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo vigente à época da proposta, quando a variação de custos decorrer de mão de obra, vinculada às datas-bases desses instrumentos.

19.16. A repactuação não prejudica o direito das partes de solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, conforme §6º do art. 135 da Lei nº 14.133/2021. 19.9.4 A repactuação deverá ser solicitada pela contratada durante a vigência contratual. Caso não seja formalizada nesse período, será considerada preclusa, salvo cláusula expressa em contrário.

19.17. O pedido de repactuação deverá ser acompanhado de demonstração analítica do aumento dos custos, com base na Formação de Preços apresentada pela contratada.



19.18. O CISAN CENTRAL/RO terá o prazo de até 30 (trinta) dias para responder ao pedido de repactuação, nos termos do inciso X do art. 92 da Lei nº 14.133/2021. 16.9.7 O CISAN CENTRAL/RO poderá realizar diligências para verificar a variação de custos alegada pela contratada.

19.19. Do reajuste do contrato:

19.20. Os reajustes serão baseados em pesquisa de mercado, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – INPCA-E/IBGE ou seu substituto, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme legislação vigente.

19.21. Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, com a finalidade de preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da legislação vigente.

19.22. Da cessão, transferência e/ou sublocação do contrato:

19.23. É expressamente vedada a cessão, transferência ou sublocação total ou parcial dos direitos e obrigações do contrato.

19.24. Rescisão do contrato:

19.25. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, conforme condições contratuais e legislação aplicável.

19.26. Poderão ser motivos de rescisão as hipóteses do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sendo a rescisão amigável, unilateral ou judicial, conforme art. 138 da mesma lei.

19.27. A contratada reconhece os direitos da Contratante nos casos previstos nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

20. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

20.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes contratantes, em estrita observância às cláusulas pactuadas, às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



20.2. Ocorrendo impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual, o cronograma pactuado será prorrogado automaticamente pelo período correspondente, mediante registro da ocorrência em apostila ao contrato.

20.3. As comunicações formais entre a Administração Contratante e a Contratada deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se, para fins de agilidade e eficácia administrativa, o uso de mensagens eletrônicas, observada a devida formalidade e segurança da informação.

20.4. A Administração poderá convocar representante da empresa contratada, sempre que necessário, para adoção de providências de caráter imediato, com vistas à adequada execução contratual.

20.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, poderá ser realizada reunião inicial entre o gestor do contrato e representante da empresa contratada, para apresentação do plano de fiscalização contratual, contendo orientações quanto às obrigações contratuais, mecanismos de acompanhamento, estratégias de execução do objeto, plano complementar da contratada (quando houver), metodologia de aferição de resultados e sanções aplicáveis.

20.6. Da Fiscalização Contratual:

20.7. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais designados formalmente pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

20.8. Da Fiscalização Técnica:

20.9. O fiscal técnico será responsável pelo acompanhamento da execução do objeto, assegurando o cumprimento integral das condições pactuadas e a obtenção dos resultados esperados pela Administração Pública.

20.10. O fiscal técnico anotará, no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive eventuais não conformidades, com descrição detalhada e orientações para sua regularização.

20.11. Constatadas inexecução ou irregularidades na execução contratual, o fiscal técnico deverá emitir notificações à contratada, estabelecendo prazo razoável para correção.

20.12. Sempre que a situação demandar medidas além da competência do fiscal técnico,



este deverá informar o gestor do contrato em tempo hábil, para adoção das providências cabíveis.

20.13. Ocorrendo situações que comprometam o cumprimento dos prazos contratuais, o fiscal técnico comunicará imediatamente o fato ao gestor do contrato.

20.14. O fiscal técnico deverá informar, com a devida antecedência, o término da vigência contratual, a fim de possibilitar a análise sobre eventual prorrogação ou nova contratação.

20.15. Da Fiscalização Administrativa:

20.16. O fiscal administrativo será responsável por verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar os procedimentos de empenho, pagamento, glosas, garantias contratuais, bem como formalização de termos aditivos e apostilamentos.

20.17. Na hipótese de descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente para resolução do problema, reportando ao gestor do contrato os casos que ultrapassem sua alçada decisória.

20.18. Da Gestão Contratual:

20.19. Compete ao gestor do contrato coordenar a execução contratual, promovendo o registro de todos os atos e ocorrências no histórico de gerenciamento do contrato, inclusive ordens de serviço, alterações contratuais, registros de ocorrências e prorrogações, elaborando relatórios de acompanhamento conforme necessário.

20.20. O gestor do contrato deverá acompanhar os registros realizados pelos fiscais técnico e administrativo, adotando, quando necessário, as medidas corretivas ou comunicando a autoridade competente sobre questões que extrapolem sua competência.

20.21. É responsabilidade do gestor do contrato monitorar a regularidade das condições de habilitação da contratada para fins de liquidação e pagamento, registrando em relatório de riscos eventuais os fatores impeditivos à normal tramitação da despesa.

20.22. O gestor emitirá documento comprobatório do desempenho da contratada, com base nas avaliações dos fiscais, contemplando o cumprimento das obrigações contratuais, desempenho técnico e eventuais penalidades aplicadas, para fins de registro no sistema de gestão contratual.

20.23. Quando verificada infração contratual que enseje responsabilização, o gestor



providenciará a instauração de processo administrativo, a ser conduzido pela comissão competente ou autoridade designada, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

20.24. Ao final da execução, o gestor do contrato deverá elaborar relatório conclusivo, contendo avaliação sobre o alcance dos objetivos da contratação, bem como sugestões para o aprimoramento de futuras contratações.

20.25. O gestor deverá encaminhar ao setor responsável a documentação necessária à formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com base nos valores efetivamente aferidos pela fiscalização.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O prazo para pagamento observará o disposto nos artigos 137, 138 e 139 do Decreto nº 08-CISAN-2024, que regulamenta, no âmbito interno, a execução contratual da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.2. O pagamento será efetuado exclusivamente após o recebimento definitivo dos serviços previstos na Cláusula II deste instrumento, devidamente atestado pela autoridade competente.

21.3. Em conformidade com os artigos 141 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, o pagamento das obrigações contratuais observará a ordem cronológica de exigibilidade, conforme as categorias contratuais estabelecidas na referida legislação.

21.4. O prazo para liquidação e pagamento não poderá exceder 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da respectiva nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestado.

21.5. Compete ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO a adoção de todos os atos necessários à correta liquidação da despesa.

21.6. O prazo previsto no item 21.4 ficará suspenso sempre que forem identificadas inconsistências na execução do objeto, na nota fiscal ou no instrumento de cobrança equivalente, cabendo à contratada a correção das pendências.

21.7. Durante o período de regularização das inconsistências pela contratada, sua posição na ordem cronológica de pagamento será suspensa, sendo restabelecida após a solução



das pendências, sem prejuízo à continuidade da contagem dos prazos contratuais.

21.8. Em casos de força maior ou de caso fortuito que inviabilizem a liquidação ou o pagamento, os prazos ficarão suspensos até a superação do impedimento, sendo preservada a posição originária da obrigação na ordem cronológica.

21.9. Havendo controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente no que se refere à quantidade, qualidade ou conformidade dos serviços prestados, a parcela incontroversa será paga no prazo legal, permanecendo o valor controverso retido até a devida resolução, com manutenção de sua posição cronológica.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações previstas neste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, além das seguintes obrigações específicas:

22.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), a Contratada deverá encaminhar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a Nota Fiscal, os seguintes documentos, para fins de pagamento:

- a)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b)** Certidão conjunta de débitos relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c)** Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da empresa;
- d)** Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

22.3. Responsabilizar-se integralmente por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e outras previstas na legislação aplicável, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, sem que tal inadimplência possa, em qualquer hipótese, onerar o objeto do contrato.

22.4. Arcar com todas as despesas relativas à prestação dos serviços, inclusive fretes,



transportes ou serviços de transportadora, se necessários.

22.5. Informar, para fins de recebimento de comunicações, ordens de serviço, intimações ou notificações, o nome do preposto responsável, endereço comercial atualizado, e-mail, número de telefone fixo, número de telefone celular e número de WhatsApp.

22.6. Interromper imediatamente, por determinação da Contratante, qualquer atividade que esteja sendo executada em desacordo com as boas práticas técnicas ou que ofereça risco à segurança de pessoas ou bens de terceiros.

22.7. Guardar sigilo absoluto sobre todas as informações obtidas em razão da execução do contrato, inclusive após o término da relação contratual.

22.8. Cumprir integralmente as normas de segurança, bem como as demais disposições legais vigentes nas esferas federal, estadual e municipal, que sejam aplicáveis à execução do objeto.

22.9. Orientar e treinar seus funcionários quanto às obrigações previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas eficazes para a proteção de dados pessoais eventualmente acessados durante a execução contratual.

22.10. Responsabilizar-se integral e exclusivamente pela utilização regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças exigidas para a execução do objeto, eximindo a Contratante de quaisquer responsabilidades decorrentes de infrações a direitos de terceiros.

22.11. Indicar, nas notas fiscais emitidas, o período efetivo de prestação dos serviços correspondente ao faturamento.

22.12. Responder por quaisquer despesas resultantes de ações ou demandas judiciais ou extrajudiciais decorrentes de danos causados por si, seus empregados ou prepostos, obrigando-se a assumir integralmente as responsabilidades legais que lhe forem atribuídas.

22.13. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, por dolo ou culpa na execução dos serviços, não se eximindo de tal responsabilidade mesmo na hipótese de acompanhamento ou fiscalização por parte do CISAN Central/RO.



22.14. Realizar, às suas expensas, a substituição de materiais/serviços que apresentem defeitos ou estejam em desacordo com as especificações técnicas, sendo exigido que os itens substituídos tenham qualidade igual ou superior, sem cobrança de valores adicionais.

22.15. Cumprir integralmente os prazos estabelecidos para o início, execução e conclusão dos serviços contratados.

22.16. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato extraordinário ou anormal ocorrido durante a vigência contratual que possa comprometer a execução do objeto, para a adoção das providências cabíveis.

22.17. Fornecer exclusivamente materiais e serviços de primeira qualidade, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos.

22.18. A contratada deverá fornecer garantia mínima de 1 (um) ano para o serviço de instalação, contados a partir da entrega definitiva e aceite pela Administração.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

23.1. A Administração obriga-se a:

23.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos.

23.1.2. Receber os objetos no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

23.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele, substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

23.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.

23.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

23.1.6. Exercer a fiscalização dos serviços na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/21.

23.1.7. Providenciar o empenho e posterior pagamento da Nota Fiscal e ou fatura em até



30 (trinta) dias da data seguinte ao seu recebimento pela Contratada.

23.1.8. Aplicar as penalidades previstas no presente instrumento, na hipótese de a Contratada não cumprir os termos constantes neste Termo de Referência, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume de solicitações, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar ao Contratante;

23.1.9. Prestar à Contratada todas as informações e dados por ela solicitados, desde que disponíveis e do conhecimento do Contratante, completando-os com cópias de análises, correspondências, instruções e documentos, quando pertinentes ao assunto desse objeto.

23.1.10. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução dos serviços dispostos neste Termo de Referência e Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados ou subordinados.

23.1.11. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.

23.1.12. Rejeitar no todo ou em parte os objetos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

23.1.13. Indicar o representante da Administração para acompanhar, fiscalizar, bem como para atestar o recebimento dos produtos.

23.1.14. Providenciar os pagamentos devidos à contratada, nos prazos acordados, e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados os recebimentos do objeto pelo Setor Responsável.

24. PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

24.1. As partes deverão cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e demais normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

24.2. Os dados obtidos pelas partes somente poderão ser utilizados para as finalidades



que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

24.3. A Empresa Contratada será responsável pela implementação de medidas adequadas de segurança da informação, destinadas a proteger os dados pessoais tratados no âmbito da execução dos serviços contratados.

24.4. A coleta, o processamento e o armazenamento de dados pessoais deverão restringir-se aos estritamente necessários para a execução do objeto contratual.

24.5. O tratamento de dados pessoais deverá observar os princípios previstos na LGPD, especialmente os de finalidade específica, adequação, necessidade, consentimento e transparência.

24.6. Na hipótese de transferência internacional de dados pessoais, a Empresa Contratada compromete-se a adotar as providências necessárias para assegurar a conformidade com as exigências da LGPD.

24.7. A Empresa Contratada notificará imediatamente a Contratante acerca de qualquer transferência internacional de dados pessoais.

24.8. A Empresa Contratada implementará mecanismos de segurança da informação eficazes para resguardar os dados pessoais contra acessos não autorizados, divulgação, alteração ou destruição indevida.

24.9. A Empresa Contratada realizará auditorias periódicas de segurança da informação e comunicará à Contratante quaisquer incidentes que possam comprometer a proteção dos dados pessoais.

24.10. Em caso de violação de segurança que possa afetar a confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados pessoais, a Empresa Contratada notificará a Contratante sem demora injustificada.

24.11. A notificação mencionada no item anterior deverá conter informações detalhadas acerca da natureza da violação, suas possíveis consequências e as medidas adotadas para mitigar os riscos decorrentes.

24.12. A Empresa Contratada, bem como seus colaboradores diretamente envolvidos na execução dos serviços, compromete-se a manter o sigilo e a confidencialidade sobre os



dados pessoais tratados, tanto durante a vigência do contrato quanto após seu término.

24.13. A obrigação de confidencialidade abrange todas as informações relacionadas aos dados pessoais, incluindo processos, procedimentos e tecnologias utilizados.

24.14. A Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias periódicas para verificar o cumprimento, pela Empresa Contratada, das disposições contratuais e legais referentes à proteção de dados pessoais.

24.15. A Empresa Contratada compromete-se a colaborar integralmente com as auditorias, disponibilizando acesso a documentos, registros e pessoal necessários à verificação.

24.16. O descumprimento das obrigações relacionadas à proteção de dados acarretará responsabilidade civil, administrativa e contratual, podendo ensejar a rescisão do contrato, além de sanções previstas na legislação vigente.

25. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

25.1. Recurso necessário para aquisição do objeto está assegurado no orçamento financeiro de 2025 na seguinte dotação orçamentária:

25.2. Órgão: Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia
CISAN CENTRAL/RO.

25.3. Unidade Orçamentária: 17 0101 2101 0000 Manutenção da Operacionalização do Aterro Sanitário Operacional

25.4. Elemento de Despesa: 4.4.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

25.5. Ficha Orçamentária: 051

25.6. Centro de Custo: Unidade Operacional de Ariquemes e Jarú

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. Comete infração administrativa o fornecedor que incorrer em quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

26.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

26.3. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- 26.4.** Dar causa à inexecução total do contrato;
- 26.5.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 26.6.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 26.7.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 26.8.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 26.9.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Pregão Eletrônico ou a execução do contrato;
- 26.10.** Fraudar o processo de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 26.11.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 26.12.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 26.13.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 26.14.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 26.15.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a)** Advertência, nos casos do subitem 26.1.1, quando não se justificar penalidade mais grave;
- b)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação ou contratação, nos casos de recusa injustificada em assinar o contrato, e/ou nas infrações previstas nos subitens 26.1.1 a 26.1.10.3;
- 26.16.** Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou contratação, na hipótese de a licitante ou futura contratada retardar injustificadamente o



procedimento de contratação, ou descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

- a)** Deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- b)** Desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela autoridade competente;
- c)** Tumultuar a sessão pública da licitação;
- d)** Descumprir requisitos de habilitação na licitação, a despeito da declaração em sentido contrário;
- e)** Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- f)** Deixar de regularizar documentos fiscais no prazo concedido, nos termos da Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006;
- g)** Propor impugnações ou esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório;
- h)** Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- i)** Permanecer inadimplente após aplicação de advertência e/ou multa moratória referida no artigo 147 do Decreto nº 08/2024/CISAN CENTRAL/RO;
- j)** Deixar de regularizar, no prazo definido pela autoridade competente, os documentos exigidos para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- k)** Deixar de complementar o valor da garantia recolhida (quando necessário) após solicitação da autoridade competente;
- l)** Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade.

26.17. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do contrato, salvo razões de interesse público devidamente motivadas:

26.18. O atraso para apresentação, execução, prestação e obrigação contratual ou licitatória, para efeito de cálculo da multa e ou rescisão contratual, será contado em dia contínuos, a partir do 1º dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o seu cumprimento.



26.19. Caracteriza-se inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pela Contratante;

26.20. Caracteriza-se inadimplemento parcial quando do atraso injustificado para substituição de algum objeto quando adjudicado e ou contratado por item.

26.21. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 26.1.2 a 26.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

26.22. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 26.1.8 a 26.1.10.3, ou quando houver motivo justificado;

26.23. A aplicação de quaisquer penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

26.24. Na aplicação das sanções serão considerados:

26.25. A natureza e a gravidade da infração;

26.26. As peculiaridades do caso concreto;

26.27. Circunstâncias atenuantes ou agravantes;

26.28. Os danos causados à Administração;

26.29. A existência ou não de programa de integridade implementado.

26.30. Caso a multa aplicada e as indenizações cabíveis sejam superiores ao valor a ser pago pela Administração, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

26.31. A aplicação das sanções não isenta a Contratada da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração.

26.32. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas.

26.33. Se durante o processo sancionador houver indícios de ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013, cópias do processo serão remetidas à autoridade competente para decisão



sobre eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

26.34. A apuração de demais infrações administrativas não enquadradas na Lei nº 12.846/2013 seguirá o rito normal da unidade administrativa competente.

26.35. O processamento do PAR não prejudica o andamento dos processos administrativos que apurem danos ou prejuízos à Administração Pública.

26.36. A aplicação de penalidades será precedida de processo administrativo que assegure o contraditório e ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/1999.

27. DO FORO

27.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

28. DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. Mais informações poderão ser obtidas por meio do endereço eletrônico compras@cisancentral.ro.gov.br, pelo Telefone institucional do CISAN CENTRAL/RO através do número (69) 3185-0310 ou presencialmente na sede administrativa do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO, localizada na Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional, Ariquemes/RO, no horário das 07h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h30min, de segunda a quinta-feira, e das 07h30min às 13h30min às sextas-feiras.

29. ANEXOS

ANEXO I – Estudos Técnico Preliminar;

ANEXO II – Minuta de Contrato.

Ariquemes-RO, 17 de abril de 2026.



Termo de Referência Elaborado por:



THAIS ROCHA DE SOUZA
MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
CISAN CENTRAL/RO

Autorizado por:

WALLESON HIGOR CORRÊA JORDÃO
SUPERINTENDENTE
CISAN CENTRAL/RO



FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	-TR	17/04/2026
ID: 70513	Processo	Documento
CRC: FB6D500A		
Processo: 1-286/2026		
Usuário: THAIS ROCHA DE SOUZA		
Criação: 17/04/2026 12:56:39	Finalização: 17/04/2026 13:05:28	
MD5: 410AAEA9E8E82DEE6EE6EA8BF7F3175B		
SHA256: E5F7E35270B62D380BF4793607BC5ABCCC37765B6055D3AF70990CCF56ADADF0		

Súmula/Objeto:

TERMO DE REFERÊNCIA, DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E SOLDAGEM DE GEOMEMBRANA, TUBOS E CONEXÕES EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), POR MEIO DO PROCESSO DE TERMOFUSÃO.


INTERESSADOS

CISAN CENTRAL	ARIQUEMES	RO	17/04/2026 12:56:39
---------------	-----------	----	---------------------


ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA	17/04/2026 12:56:39
--------------------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 THAIS ROCHA DE SOUZA	ASSESSOR DE CPL	17/04/2026 13:05:50
---	-----------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

 WALLESON HIGOR CORREA JORDAO	SUPERINTENDENTE	20/04/2026 07:47:09
---	-----------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

 GILLIARD DOS SANTOS GOMES	PRESIDENTE	20/04/2026 09:06:21
--	------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site cisan.digproc.com.br/ informando o ID 70513 e o CRC FB6D500A.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Número do processo 286/2026.

2. OBJETO

2.1. Este estudo preliminar tem como objetivo apresentar a esta superintendência do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN Central/RO) o **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR** e sua viabilidade perante a necessidade de **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação e soldagem de Geomembrana, Tubos e Conexões em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), por meio do processo de termofusão**, incluindo mão de obra qualificada e disponibilização de equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços, para as obras de instalação de impermeabilização das células de Resíduos Sólidos Urbanos e operação dos aterros sanitários de Ariquemes/RO e Jaru/RO do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN CENTRAL/RO).

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O presente documento, denominado Estudo Técnico Preliminar é elaborado em atendimento às disposições contidas no inciso I do Art. 72 da Lei Federal nº. 14.133/21 e Art. 47 do Regulamento de Procedimento para o Planejamento das Licitações e Contratações, disposto no Decreto nº 08/2024-CISAN CENTRAL/RO, pela Equipe de Planejamento que tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da solicitação que consta no **Documento de Formalização da Demanda - DFD**, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN CENTRAL/RO.

3.2. Segundo a Norma Brasileira Registrada ABNT NBR 8.419/1992, aterro sanitário é a técnica de disposição final de resíduos sólidos urbanos que não causa danos à saúde pública e à segurança ambiental, utilizando princípios de engenharia



para o confinamento controlado dos resíduos, com redução dos impactos ambientais e adoção de sistemas permanentes de controle e monitoramento. Para que essa técnica seja efetiva, torna-se indispensável a implantação de sistemas de impermeabilização do solo, proteção mecânica e drenagem de líquidos e gases gerados pela decomposição dos resíduos, garantindo o controle ambiental, a estabilidade geotécnica e a operação segura das unidades operacionais.

3.3. A presente contratação decorre da necessidade técnica e operacional de assegurar a instalação de materiais essenciais para operação das células de disposição final de resíduos sólidos urbanos dos aterros sanitários sob responsabilidade do CISAN CENTRAL/RO, compreendendo a instalação de geomembrana em polietileno de alta densidade (PEAD), e solda de tubos e conexões em PEAD.

3.4. Tais estruturas integram o serviço público essencial de manejo e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos (aterro sanitário), cuja continuidade é obrigatória, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos instituída pela Lei nº 12.305/2010, que estabelece a responsabilidade dos entes públicos pela adoção de soluções técnicas capazes de prevenir danos ambientais e assegurar a proteção da saúde pública.

3.5. As atividades desenvolvidas pelo Consórcio demandam intervenções permanentes relacionadas à implantação de novas células de disposição, ampliação das áreas operacionais existentes e adequação das estruturas de controle ambiental, incluindo sistemas de impermeabilização, camadas de proteção mecânica e redes de drenagem e condução de chorume. Esses sistemas constituem elementos estruturais indispensáveis da engenharia de aterros sanitários, responsáveis por impedir a percolação de líquidos contaminantes no solo e garantir a coleta e condução adequada dos efluentes gerados.

3.6. A execução dessas estruturas está vinculada a cronogramas físicos previamente estabelecidos para as obras de ampliação e adequação das unidades operacionais, sendo imprescindível a disponibilidade de materiais no momento adequado para assegurar a continuidade das frentes de serviço e também a disponibilidade de equipe especializada para realizar a instalação e evitar atrasos na programação operacional.



3.7. A ausência ou insuficiência de disponibilização de equipe com equipamentos necessários para instalação através de soldagem por termofusão das geomembrana e tubos compromete diretamente o cumprimento do cronograma de execução das obras e a continuidade da operação regular dos aterros sanitários, podendo ocasionar paralisações das atividades de implantação das células, atrasos na disponibilização de áreas aptas à disposição de resíduos e aumento dos riscos ambientais decorrentes da sobrecarga das estruturas existentes. Tal cenário pode resultar em impactos à prestação do serviço público essencial, elevação de custos operacionais decorrentes de soluções emergenciais e eventual descumprimento das condicionantes estabelecidas nos licenciamentos ambientais das unidades.

3.8. Dessa forma, a contratação de empresa especializada em soldagem por método de termofusão de geomembrana, tubos e conexões em PEAD mostra-se tecnicamente necessária para garantir a execução contínua e programada das obras, a adequada impermeabilização das células, a eficiência dos sistemas de drenagem de chorume e gases e a manutenção da regularidade operacional dos aterros sanitários consorciados.

3.9. A contratação contribui para o atendimento das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, para a proteção ambiental e para a segurança sanitária, assegurando a continuidade da prestação dos serviços públicos de manejo e disposição final de resíduos sólidos urbanos aos municípios integrantes do CISAN CENTRAL/RO.

4. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Gestão de Saneamento do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia	Edimar Noiman Gonçalves Filho Engenheiro Sanitarista e Ambiental Coordenador de Saneamento Decreto nº 052/2024/CISAN Central-RO

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais, normativos e legais que assegurem a qualidade dos serviços a serem prestados, considerando a necessidade das obras de engenharia executadas pelo CISAN CENTRAL/RO, especialmente aquelas relacionadas à implantação das células de resíduos dos aterros sanitários.

5.2. As empresas participantes do certame deverão apresentar documentação de Regularidade Jurídica, Fiscal, Social, Trabalhista, Qualificação Técnica e Econômico-Financeiro, nos moldes nos artigos 66, 67, 68 e 69, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.4. Para tanto exige-se da empresa contratada a apresentação e atendimento aos seguintes requisitos:

5.5. A empresa deverá possuir condições e equipamentos necessários para executar o serviço contemplado no Termo de Referência.

5.6. Especialização:

5.6.1. A empresa contratada deve ser especializada na instalação de Geomembrana em PEAD para impermeabilização, com capacidade técnica para soldagem através do método de Termofusão.

5.7. Comprovação de aptidão técnica:

5.7.1. Comprovação por meio de Certidão ou Atestado de Capacidade Técnica que a licitante gerencia ou gerenciou serviços de instalação, soldagem de geomembrana PEAD.

5.7.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

5.7.3. As certidões e/ou atestados apresentados deverão conter as seguintes informações básicas: Nome da Contratada e do Contratante, Número de Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Contratada e do Contratante e Identificação do Objeto do Contrato.

5.7.4. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.



5.8. A execução da obra será realizada de forma parcelada ou conforme demanda, respeitando os prazos definidos pelo CISAN CENTRAL/RO, para os Aterros Sanitários de Ariquemes/RO e Jaru/RO.

5.9. Certificado de Registro no Conselho Pertinente da Empresa.

5.10. Certificado de Registro no Conselho Pertinente do Responsável Técnico.

5.11. A instalação da geomembrana deverá observar todas as especificações técnicas recomendadas, atendendo às normas ABNT NBR 16199:2020 — Barreiras geossintéticas – Instalação de geomembranas poliméricas e NBR 16757-2:2020 — Geossintéticos — Requisitos para aplicação – Parte 2: Barreiras geossintéticas.

5.12. A manta PEAD 2 mm deverá ser instalada na base (impermeabilização inferior ou de fundo), no interior das valas de dreno tipo espinha de peixe e lateralmente (impermeabilização lateral) nos taludes.

5.13. Os Tubos e Conexões em PEAD deverão ser instalados e soldados em conformidade com os projetos.

5.14. A CONTRATADA deverá executar os serviços com mão de obra, máquinas e equipamentos necessários para a instalação. As despesas com deslocamento, estadia e alimentação serão por conta da CONTRATADA.

5.15. Por se tratar de um serviço de engenharia, a CONTRATADA deverá fornecer a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) para os serviços executados.

5.16. Atestado fornecido por pessoa de direito público ou privado, comprobatório de que o profissional EXECUTOU OBRAS ou SERVIÇOS de soldagem e instalação de geomembrana conforme o objeto proposto.

5.17. Fornecer garantia mínima de 1 (um) ano para o serviço de instalação, contados a partir da entrega definitiva e aceite pela Administração.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Com a finalidade de subsidiar a definição da solução mais adequada e a estimativa preliminar de custos, foi realizado levantamento de mercado voltado à identificação de fornecedores, práticas usuais de contratação e referências de preços relacionadas à prestação de serviço de instalação e soldagem de geomembrana em PEAD, tubos e conexões em PEAD, destinados às obras de implantação, ampliação e melhoria operacional dos aterros sanitários do CISAN Central/RO.

6.2. O levantamento contemplou consultas a fabricantes e distribuidores especializados em geossintéticos e sistemas de tubulação em PEAD, atuantes em âmbito nacional, visando verificar a capacidade de fornecimento, prazos de entrega, exigências mínimas de comercialização, certificações técnicas e atendimento às normas técnicas aplicáveis.

6.3. Adicionalmente, foi realizada consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1>), com o objetivo de identificar editais, contratos administrativos e atas de registro de preços recentes firmados por outros entes e órgãos da Administração Pública, relacionados ao objeto desta contratação. Essa pesquisa permitiu analisar práticas adotadas, modelos de contratação, especificações técnicas recorrentes e parâmetros de preços utilizados em contratações similares.

6.4. Os dados obtidos por meio dessas fontes contribuíram para confirmar a existência de mercado fornecedor suficientemente competitivo, bem como para fundamentar a definição do objeto, a escolha da modalidade de contratação e a adoção de estratégias que promovam a economicidade, a eficiência e a conformidade legal do processo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução dos serviços de instalação e soldagem por método de termofusão de geomembrana em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), e tubos e conexões em PEAD, destinados à implantação, ampliação e operação das estruturas de disposição final de resíduos sólidos urbanos sob gestão do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN CENTRAL/RO, observadas as especificações técnicas, quantitativos estimados e condições estabelecidas no processo de contratação.

7.2. As obras de impermeabilização serão empregadas nas obras de infraestrutura dos aterros sanitários consorciados, contemplando:

7.2.1. No aterro sanitário do município de Jarú, para ampliação da célula de disposição de resíduos não inertes, garantindo a continuidade operacional da unidade e a adequação às exigências ambientais e operacionais vigentes.



7.2.2. No aterro sanitário do município de Ariquemes, para construção de nova célula de disposição de resíduos sólidos urbanos, cuja execução ocorrerá por etapas, sendo esta contratação destinada ao atendimento das Etapas 01 e 02 previstas no projeto executivo.

7.3. Os quantitativos de metros quadrados de geomembrana e números de solda dos tubos previstos não serão executados de imediato, sendo especificado que a prestação do serviço será mediante ordem de serviço especificando a metragem e de forma parcelada, conforme demanda do Consórcio CISAN.

7.4. Os licitantes deverão considerar, na formação de seus preços, a logística necessária para realização de execução dos serviços de forma fracionadas, incluindo custos de transporte, hospedagem, alimentação, não sendo admitida posterior alegação de desconhecimento das condições operacionais de fornecimento.

7.5. Sob a perspectiva da gestão pública, a solução proposta contribui para a continuidade de serviço público essencial, reduz riscos de interrupção das obras e da operação dos aterros sanitários, assegura maior previsibilidade orçamentária, evita contratações emergenciais e promove a aplicação eficiente dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência administrativa e com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010.

7.6. Detalhamento técnico do método de impermeabilização de Solda Termofusão:

7.6.1. A solda de topo por termofusão inclui 4 etapas: preparação, aquecimento (fusão), solda e resfriamento.

7.6.2. A preparação é de extrema importância para garantia da instalação e uma boa soldagem, essa etapa compreende.

7.6.2.1. Alinhamento dos tubos e/ou conexões;

7.6.2.2. Limpeza das superfícies de solda;

7.6.2.3. Faceamento das extremidades de solda, assegurando o perfeito paralelismo das partes e a remoção de possível camada oxidada;

7.6.3. O aquecimento subdivide-se em 2 fases: pré-aquecimento e aquecimento propriamente dito

7.6.3.1. O pré-aquecimento objetiva, primordialmente, assegurar que as superfícies de solda estejam totalmente em contato com a placa de aquecimento, é de curta duração com pressão elevada.



7.6.3.2. O aquecimento se processa a baixas pressões, praticamente zero, e por tempo correlacionado com a superfície de solda, para que o material atinja a temperatura de fusão apropriada.

7.6.4. A solda consiste na compressão das superfícies de solda fundidas, para que ocorra a penetração e a interligação molecular das duas partes. A pressão de solda deve ser mantida até que a temperatura caia abaixo da temperatura de fusão do material.

7.7. Endereços de execução dos serviços

7.7.1. Central de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos de Ariquemes: Aterro Sanitário - Unidade de Ariquemes. *Endereço: RO 257, Linha C 60, Lote 13 B, Gleba 20, Área de Expansão Urbana, Município de Ariquemes/RO.*

7.7.2. Central de Disposição Final de Resíduos Sólidos de Jarú: Aterro Sanitário – Unidade de Jarú. *Endereço: Lote 11-B, situado na Gleba 52, na Rodovia RO-464 (linha 603, sentido Município de Theobroma), área rural, Município de Jarú/RO.*

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base em critérios técnicos, considerando a necessidade de execução das obras de ampliação das células de disposição final de resíduos não inertes (Classe II) dos aterros sanitários de Ariquemes e Jarú, contemplando a implantação dos sistemas de impermeabilização e drenagem de chorume, essenciais à adequada operação e segurança ambiental das unidades.

8.2. Os quantitativos dos materiais — incluindo geomembrana em PEAD, tubos e conexões em PEAD destinados ao sistema drenante — foram definidos conforme os projetos executivos das obras de ampliação dos referidos aterros sanitários, considerando as dimensões das células projetadas, as soluções de engenharia adotadas e as especificações técnicas necessárias para garantir o desempenho hidráulico, estrutural e ambiental dos sistemas implantados.

8.3. As quantidades estimadas correspondem ao volume de materiais necessário para a execução integral das etapas previstas em projeto, assegurando a continuidade operacional das unidades e o atendimento às exigências técnicas e ambientais aplicáveis às atividades de disposição final de resíduos sólidos urbanos.



8.4. Os quantitativos foram definidos como limites máximos de contratação, sendo o fornecimento condicionado à efetiva necessidade operacional, formalizada por meio de ordens de fornecimento, respeitando o planejamento institucional, a disponibilidade orçamentária e os princípios da economicidade e eficiência administrativa.

8.5. O custo logístico referente ao transporte, e demais despesas correlatas deverão estar integralmente contempladas na proposta da contratada, não sendo admitida posterior cobrança adicional, em observância ao princípio da previsibilidade dos custos contratuais.

8.6. As datas específicas de cada realização das etapas serão definidas pela Administração conforme o cronograma físico-financeiro da obra, podendo ocorrer antecipações ou postergações em razão de condições operacionais, climáticas, ajustes técnicos ou reprogramações devidamente justificadas pela fiscalização contratual.

8.7. Para assegurar adequado planejamento logístico por parte da contratada e garantir a continuidade da execução dos serviços, o contratante comunicará formalmente a necessidade de execução dos serviços com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos.

8.8. Como foram previstos no quadro 02, as instalações dos materiais foram previstas em 03 etapas, portanto a empresa contratada deverá prever nos orçamentos a mobilização e desmobilização para que seja executada conforme cronograma a ser apresentado pelo órgão contratante para cada fase de instalação.

8.9. Dessa forma, com base nos quantitativos definidos nos projetos executivos das obras de ampliação dos aterros sanitários de Ariquemes e Jarú, seguem abaixo os materiais previstos para contratação, necessárias à implantação:



Quadro 1 – Descrição dos itens necessários de instalação Geomembrana, Tubos e Conexões em PEAD.

Item	Descrição do Item	Unidade	Quant.	Pontos de Solda
1	Geomembrana PEAD 2,0mm Lisa Cor Preta	m²	38.770	-
2	Tubo Liso Rígido de PEAD 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 – com dreno (perfurado)	m	2.184	364
3	Tubo Liso Rígido de PEAD 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 – sem dreno (sem furo)	m	162	27
4	Tubo Liso Rígido de PEAD 250mm PE 100 PN 8 SDR 21 – sem dreno (sem Furo)	m	438	73
5	Te PEAD 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 (Com Extremidade Lisas P/ Solda Topo)	Und.	35	70
6	Cruzeta PEAD 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 (Com Extremidade Lisas P/ Solda Topo) Para Tubo Liso	Und.	18	72
7	Curva 90° PEAD 160MM PE 100 PN 8 SDR 21 para Tubo Liso	Und.	2	4
8	Curva 45° PEAD 160MM PE 100 PN 8 SDR 21 para Tubo Liso	Und.	2	4
09	Junção "Y" PEAD 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 para Tubo Liso	Und.	6	18
10	Junção "Y" PEAD 250mm PE 100 PN 8 SDR 21 para Tubo Liso	Und.	4	12
11	Joelho 90° PEAD 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 para Tubo Liso	Und.	4	8
12	Joelho 45° PEAD 250mm PE 100 PN 8 SDR 21 para Tubo Liso	Und.	6	12



Quadro 2 – Quantidade total de materiais a serem fornecidos para unidades operacionais do CISAN Central/RO.

Item	Descrição	Unidade	A.S Jaru	A.S Ariquemes (Etapa 01)	A.S Ariquemes (Etapa 02)	Total
1	GEOMEMBRANA DE PEAD LISA 2 MM COR PRETA	m²	7.500	16.520	14.750	38.770
2	TUBO LISO RÍGIDO DE PEAD DE 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 COM DRENO (PERFURADO)	m	516	828	840	2.184
3	TUBO LISO RÍGIDO EM PEAD DE 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 SEM DRENO (SEM FURO)	m	162	-	-	162
4	TUBO LISO RÍGIDO EM PEAD DE 250mm PE 100 PN 8 SDR 21 SEM DRENO (SEM FURO)	m	-	354	84	438
5	TE PEAD DE 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 (COM EXTREMIDADE LISAS P/ SOLDA TOPO)	und	7	16	12	35
6	CRUZETA PEAD DE 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 (COM EXTREMIDADE LISAS P/ SOLDA TOPO) PARA TUBO LISO	und	-	9	9	18
7	CURVA 90º PEAD DE 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 PARA TUBO LISO	und	1	-	-	2
8	CURVA 45º PEAD DE 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 PARA TUBO LISO	und	1	-	-	2
09	JUNÇÃO "Y" PEAD DE 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 PARA TUBO LISO	und	6	-	-	6
10	JUNÇÃO "Y" PEAD DE 250mm PE 100 PN8 SDR 21 PARA TUBO LISO	und	-	2	2	4
11	JOELHO 90º PEAD DE 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 PARA TUBO LISO	und	-	4	-	4
12	JOELHO 45º PEAD DE 250mm PN8 SDR 21 PARA TUBO LISO	und	-	2	4	6



9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada a partir de metodologia técnica de pesquisa de preços, em conformidade com os princípios da economicidade, razoabilidade, planejamento e eficiência administrativa, conforme preconiza a Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. Para a composição dos custos, procedeu-se ao levantamento de preços junto ao mercado local e regional, por meio de cotações com fornecedores especializados no fornecimento de materiais básicos da construção civil, de modo a assegurar aderência aos valores efetivamente praticados no mercado e compatibilidade com as condições logísticas e operacionais da região de atuação do CISAN CENTRAL/RO.

9.3. A metodologia adotada para definição do preço estimado considerou a média dos valores coletados, após cotações formais com empresas especializadas no objeto da contratação;

9.4. Dessa forma, o valor global estimado da contratação corresponde a R\$ **371.011,52** (Trezentos e setenta e um mil, onze reais e cinquenta e dois centavos).

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	PONTOS SOLDA	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Geomembrana PEAD 2,0mm Lisa Cor Preta	m²	38.770	-	R\$ 3,28	R\$ 127.165,60
2	Tubo Liso Rígido de PEAD 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 – com dreno (perfurado)	m	2.184	364	R\$ 292,06	R\$ 106.309,84
3	Tubo Liso Rígido de PEAD 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 – sem dreno (sem furo)	m	162	27	R\$ 292,06	R\$ 7.885,62
4	Tubo Liso Rígido de PEAD 250mm PE 100 PN 8 SDR 21 – sem dreno (sem Furo)	m	438	73	R\$ 329,14	R\$ 24.027,22
5	Te PEAD 160mm PE 100 PN 8 SDR 21	Und.	35	70	R\$ 292,06	R\$ 20.444,20
6	Cruzeta PEAD 160mm PE 100 PN 8 SDR 21	Und.	18	72	R\$ 292,06	R\$ 21.028,32
7	Curva 90° PEAD 160MM PE 100 PN 8 SDR 21 para Tubo Liso	Und.	2	4	R\$ 292,06	R\$ 1.168,24
8	Curva 45° PEAD 160MM PE 100 PN 8 SDR 21 para Tubo Liso	Und.	2	4	R\$ 292,06	R\$ 1.168,24
9	Junção "Y" PEAD 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 para Tubo Liso	Und.	6	18	R\$ 292,06	R\$ 5.257,08
10	Junção "Y" PEAD 250mm PE 100 PN 8 SDR 21 para Tubo Liso	Und.	4	12	R\$ 329,14	R\$ 3.949,68
11	Joelho 90° PEAD 160mm PE 100 PN 8 SDR 21 para Tubo Liso	Und.	4	8	R\$ 292,06	R\$ 2.336,48
12	Joelho 45° PEAD 250mm PE 100 PN 8 SDR 21 para Tubo Liso	Und.	6	12	R\$ 329,14	R\$ 3.949,68
13	Mobilização, Desmobilização, Alimentação e Hospedagem	Und.	3	R\$ 46.321,32		
MÉDIA VALOR TOTAL					R\$ 371.011,52	

Quadro 1 – Descrição dos itens, quantitativos e dos preços médios identificados nos orçamentos obtidos por item, e total do valor médio global da contratação.



9.5. A estimativa apresentada assegura a previsibilidade orçamentária necessária à execução das obras de infraestrutura, ampliação e melhorias operacionais das unidades do CISAN CENTRAL/RO, garantindo a continuidade dos serviços essenciais e a adequada gestão dos recursos públicos.

9.6. Ressalta-se que todos os documentos que subsidiaram a estimativa do valor da contratação, incluindo cotações de preços, orçamentos fornecidos por empresas do ramo, encontram-se devidamente anexados ao processo administrativo, garantindo a rastreabilidade das informações, a transparência dos procedimentos adotados e a possibilidade de verificação pelos órgãos de controle interno e externo.

9.7. O processo licitatório deve ser precedido de ampla pesquisa de mercado para fixação do preço máximo, e o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos parâmetros estabelecidos nos §§ 1º e 2º art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e regulamento, bem como por outras técnicas idôneas de formação de preço de referência. Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não poderão ser considerados os preços inexequíveis ou os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo, serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. Em observância ao princípio do parcelamento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, procedeu-se à análise da viabilidade de divisão do objeto, concluindo-se, contudo, pela sua contratação em **lote único**. Tal decisão justifica-se em razão da natureza técnica e da necessária integração dos serviços de soldagem de geomembrana em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), por meio de termofusão, os quais demandam execução não contínua, sendo que a execução das obras será por fases, mas há necessidade de padronização de procedimentos e responsabilidade técnica unificada.

10.2. O parcelamento, nesse caso, poderia comprometer a qualidade dos serviços, dificultar a gestão e fiscalização contratual, além de gerar riscos à adequada execução. Assim, a contratação em lote único mostra-se mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico.



10.3. A adoção do critério de contratação em lote único justifica-se pela natureza técnica e integrada dos serviços a serem executados, os quais envolvem etapas interdependentes de soldagem e termofusão de geomembranas, tubos e conexões em PEAD, cuja adequada execução demanda padronização de procedimentos, equipamentos e controle de qualidade. A eventual divisão do objeto em múltiplos contratos poderia comprometer a continuidade operacional, gerar incompatibilidades técnicas entre serviços executados por diferentes empresas, aumentar o risco de falhas nas soldas e conexões, bem como dificultar a rastreabilidade e a responsabilização por eventuais não conformidades. Ademais, tal fragmentação poderia resultar em prejuízos à eficiência da execução, ao controle da fiscalização e à garantia da integridade dos sistemas de impermeabilização e drenagem do aterro sanitário. Dessa forma, a contratação por lote único se mostra a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

11.JUSTIFICATIVA METODO DE CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, considerando tratar-se de serviços comuns, cujas especificações técnicas encontram-se devidamente definidas no Termo de Referência, adotando-se como **critério de julgamento o menor preço global**.

11.2. Conforme demonstrado neste Estudo Técnico Preliminar, a execução dos serviços de instalação e soldagem por termofusão de geomembrana, tubos e conexões em PEAD ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, vinculada ao cronograma físico-financeiro das obras de implantação e ampliação das células dos aterros sanitários de Ariquemes e Jarú, podendo sofrer variações em razão de fatores operacionais, climáticos e técnicos.

11.3. Nesse contexto, a contratação apresenta-se como a solução mais eficiente, por permitir à Administração:

11.3.1. Contratação conforme a efetiva necessidade, evitando a imobilização de recursos orçamentários em contratações integrais não imediatas;

11.3.2. Maior flexibilidade na gestão contratual, possibilitando a emissão de ordens de serviço de forma gradual, conforme a evolução das frentes de trabalho;



11.3.3. Redução de riscos de descontinuidade dos serviços, uma vez que assegura a disponibilidade de empresa previamente contratada para atendimento das demandas ao longo do período de vigência;

11.3.4. Mitigação da necessidade de contratações emergenciais, garantindo maior planejamento e previsibilidade administrativa;

11.3.5. Obtenção de melhores condições econômicas, em razão da padronização da contratação e da possibilidade de ganho de escala.

11.4. Destaca-se, ainda, que os quantitativos estimados neste ETP foram definidos como limites de estimativa, sendo realizados as ordens de serviços nos quantitativos necessários em cada etapa, e o pagamento realizado mediante medição da execução.

11.5. Ressalta-se que, embora o critério de julgamento do certame seja o de menor preço global, a execução contratual e o respectivo pagamento ocorrerão de forma parcelada, mediante medição dos quantitativos efetivamente executados por item. Para tanto, serão adotados como referência os valores unitários médios estimados para cada item constante da planilha orçamentária, aplicando-se tais valores às quantidades efetivamente realizadas em cada etapa, conforme ordens de serviço emitidas pela Administração. Tal sistemática assegura maior precisão na remuneração dos serviços prestados, alinhando o pagamento à execução real, além de garantir economicidade, transparência e adequado controle da fiscalização contratual.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INDEPENDENTES

12.1. Para a adequada implementação da solução prevista, identifica-se a necessidade de contratação correlata de **aquisição de geomembrana de PEAD, Tubos e Conexões em PEAD**, indispensáveis à disponibilização dos materiais a serem fornecidos para a execução dos serviços, garantindo que sua utilização ocorra conforme os requisitos técnicos e operacionais previstos em projeto.

12.2. A execução das etapas de instalação requer mão de obra qualificada, utilização de equipamentos específicos e adoção de procedimentos técnicos controlados, especialmente nos processos de soldagem, montagem e verificação da estanqueidade. Tais atividades demandam conhecimento técnico especializado e rigoroso controle de qualidade, sendo fatores essenciais para assegurar o desempenho, a segurança operacional e a durabilidade das estruturas implantadas.



12.3. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de contratação de serviços especializados para a instalação da geomembrana, atividade que envolve técnicas específicas, como soldagem por termofusão, realização de ensaios de integridade das soldas e controle tecnológico das juntas executadas, etapas indispensáveis para garantir a adequada impermeabilização e o correto funcionamento do sistema.

12.4. De igual modo, a instalação dos sistemas compostos por tubulações e conexões em PEAD exige procedimentos técnicos específicos, incluindo métodos apropriados de soldagem e montagem, os quais devem ser executados por profissionais capacitados, a fim de assegurar compatibilidade, estanqueidade e confiabilidade operacional.

12.5. Ressalta-se que os serviços técnicos foram planejados de forma **individualizada do fornecimento dos materiais**, considerando a diferença de natureza entre as contratações e com o objetivo de ampliar a competitividade do certame, permitindo a participação de empresas especializadas em cada segmento e favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

12.6. Assim, tais serviços caracterizam-se como contratações correlatas, porém independentes, cuja previsão demonstra o planejamento integrado da solução, assegurando que os materiais adquiridos sejam devidamente instalados conforme as exigências técnicas aplicáveis, contribuindo para a eficiência, funcionalidade e adequada aplicação dos recursos públicos.

13. ALINHAMENTO ENTRE CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

13.1. Apresente contratação não consta inicialmente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026. Contudo, a necessidade identificada possui caráter superveniente e decorre da ampliação progressiva das atividades institucionais do CISAN CENTRAL/RO ao longo do último período.

13.2. Importa destacar que o planejamento administrativo é instrumento dinâmico, passível de atualização sempre que fatos supervenientes ou evolução institucional assim o exigirem. A Lei nº 14.133/2021 admite adequações no planejamento anual, desde que devidamente motivadas e justificadas tecnicamente.

14. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

14.1. A presente contratação proporcionará ganhos significativos à Administração, especialmente no que se refere à garantia da adequada execução dos sistemas de



impermeabilização e drenagem do aterro sanitário, contribuindo diretamente para a prevenção de vazamentos de chorume e a mitigação de impactos ambientais. Além disso, a correta execução dos serviços de soldagem e termofusão tende a aumentar a vida útil das estruturas implantadas, reduzir a necessidade de retrabalhos e manutenções corretivas, bem como assegurar maior eficiência operacional ao empreendimento. Destaca-se, ainda, que a contratação por demanda promove maior racionalização dos recursos públicos, permitindo que os pagamentos sejam realizados estritamente conforme os serviços efetivamente executados, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e controle da Administração Pública.

14.2. A contratação dos serviços de instalação e soldagem dos materiais necessários à implantação e ampliação das estruturas operacionais dos aterros sanitários proporcionará benefícios técnicos, operacionais, ambientais, administrativos e econômicos, destacando-se:

14.2.1. Garantia da continuidade e adequada execução das obras de ampliação das unidades, evitando paralisações decorrentes de instalação dos materiais essenciais à implantação dos sistemas projetados.

14.2.2. Viabilização da correta execução dos sistemas de impermeabilização e drenagem, assegurando o funcionamento adequado das estruturas e contribuindo para a proteção do solo e dos recursos hídricos;

14.2.3. Melhoria da eficiência operacional das unidades, com estruturas tecnicamente adequadas para o manejo e controle ambientalmente seguro dos resíduos sólidos;

14.2.4. Garantia da conformidade com as especificações técnicas do projeto e a confirmação da instalação adequada dos materiais adquiridos evitando prejuízos a administração.

14.2.5. Redução de riscos operacionais e ambientais, por meio da instalação dos materiais necessários, apropriados e compatíveis com as exigências técnicas aplicáveis aos sistemas de disposição final de resíduos;

14.2.6. Otimização do planejamento e da execução das etapas construtivas, proporcionando maior previsibilidade na instalação dos insumos fornecidos e melhor organização das frentes de trabalho;

14.2.7. Minimização de retrabalhos e custos adicionais decorrentes de falhas construtivas, incompatibilidades técnicas;



14.2.8. Maior eficiência administrativa e economicidade, decorrentes de processo de contratação planejado, competitivo e alinhado às necessidades operacionais das unidades;

14.2.9. Fortalecimento da capacidade operacional e institucional do consórcio, assegurando condições adequadas para a manutenção e ampliação dos serviços de gestão de resíduos sólidos;

14.2.10. Atendimento às exigências legais, técnicas e ambientais aplicáveis à operação de aterros sanitários.

14.2.11. Conformidade com a legislação vigente, especialmente com a Lei nº 14.133/2021, promovendo segurança jurídica, transparência e racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. A presente contratação refere-se à prestação dos serviços de instalação dos materiais, e entre os impactos potenciais relacionados à aplicação dos materiais, destacam-se possíveis interferências temporárias no solo decorrentes da preparação das áreas de instalação, aumento pontual da movimentação de equipamentos e veículos nas frentes operacionais e geração de resíduos provenientes de recortes e sobras durante a instalação, os quais deverão ser devidamente segregados e destinados ambientalmente de forma adequada, em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), bem como demais normas ambientais e exigências do licenciamento ambiental aplicável.

15.2. Ressalta-se que os materiais objeto da contratação possuem finalidade ambiental preventiva, sendo empregados na implantação de sistemas de impermeabilização e condução, contribuindo diretamente para o controle de percolados, proteção do solo e das águas subterrâneas e melhoria do desempenho ambiental das unidades de disposição final de resíduos.

15.3. Dessa forma, os impactos ambientais associados são considerados de baixa magnitude e plenamente mitigáveis por meio das práticas operacionais já adotadas nas unidades, do atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental e da observância das especificações técnicas aplicáveis à execução dos serviços correlatos.



16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

16.1. A Diretoria Técnica de Gestão de Saneamento deste CISAN Central de Rondônia, após realizar o Estudo Técnico Preliminar, declara **VIÁVEL** esta contratação, nos termos acima expostos. Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, justificando-se em termos de disponibilidade de mercado, consoante com as legislações em vigor, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

17. RESPONSÁVEIS

- » Edimar Noiman Gonçalves Filho – Coordenador de Saneamento.
- » Walleson Higor Corrêa Jordão – Superintendente.



Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Ariquemes-RO, 14 de abril de 2026.



FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Estudo Técnico Preliminar - ETP	Retificado	14/04/2026

ID: 70120	Processo	Documento
CRC: E88387B7		
Processo: 1-286/2026		
Usuário: THAIS ROCHA DE SOUZA		
Criação: 14/04/2026 15:56:50	Finalização: 14/04/2026 16:01:16	

MD5: **18E85AB6EBE0C8433FD3C58EC0FC2FC3**SHA256: **84DFEED7C79DECDDADE5B372D72CEF385BCC681852B1F0CFB160FB187404E4**

Súmula/Objeto:

Referente a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação e soldagem de Geomembrana, Tubos e Conexões em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), obras aterro sanitário de Ariquemes e Jaru/RO.


INTERESSADOS

CISAN CENTRAL	ARIQUEMES	RO	14/04/2026 15:56:50
---------------	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA	14/04/2026 15:56:50
--------------------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	EDIMAR NOIMAN GONÇALVES FILHO	COORDENADOR	15/04/2026 14:06:52
--	-------------------------------	-------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site cisan.digproc.com.br/ informando o ID 70120 e o CRC E88387B7.

CONTRATO nº ____ / ____

“CONTRATO CELEBRADO ENTRE O
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE
RONDÔNIA E A
EMPRESA _____.”

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA – CISAN CENTRAL / RO, Pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 10.914.290/0001-32, com sede nesse Município de Ariquemes/RO, sito à Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional, CEP: 76872-872, **denominado de “CONTRATANTE”, neste ato sendo representado pelo Presidente GILLIARD DOS SANTOS GOMES**, brasileiro, casado, portador da RG nº 792.619 SSP/RO, devidamente inscrito no CPF sob o nº 752.740.002-15, podendo ser encontrado no endereço indicado acima **e de outro lado a EMPRESA** _____, Pessoa Jurídica de Direito _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede comercial no Município de _____, sito à _____, nº _____, Bairro _____, CEP: _____, **denominada de “CONTRATADA”, neste ato sendo representada por** _____, _____, _____, portador da RG nº _____ SSP/____, devidamente inscrita no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado no Município de _____, celebram o presente instrumento contratual regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais alterações, conforme as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – A Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviço de instalação e soldagem de Geomembrana, Tubos e Conexões em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), por meio do processo de termofusão, incluindo mão de obra qualificada e disponibilização de equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços, para as obras de instalação de impermeabilização das células de Resíduos Sólidos Urbanos e operação dos aterros sanitários de Ariquemes/RO e Jaru/RO do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN CENTRAL/RO), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	UND.	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR TOTAL R\$
1	Serviço	Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de instalação e soldagem de Geomembrana, Tubos e Conexões em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), por meio do processo de termofusão, incluindo mão de obra qualificada e	01	R\$

		disponibilização de equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços, para as obras de instalação de impermeabilização das células de Resíduos Sólidos Urbanos e operação dos aterros sanitários de Ariquemes/RO e Jaru/RO do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN CENTRAL/RO).		
--	--	--	--	--

PARÁGRAFO ÚNICO – São anexos a esse instrumento contratual e vinculam essa contratação, independentemente de transcrição:

I - O Termo de Referência que embasou a contratação.

II – O Edital e seus anexos.

III - A Proposta da CONTRATADA.

IV – A planilha de composição de custos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – O valor da contratação (objeto do contrato) é de R\$ _____.

PARÁGRAFO ÚNICO – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL – O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da ordem de início do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – Havendo interesse público e economia na contratação esse contrato pode ser prorrogado por igual e sucessivo período até o limite de 120 (cento e vinte) meses.

CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO, GESTÃO CONTRATUAL, LOCAL E DATA - O regime de execução contratual é de forma indireta, conforme especificado na cláusula primeira desse contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em consonância com a diretriz de sustentabilidade ambiental e responsabilidade socioeconômica adotada pelo CONTRATANTE, essa contratação deve observar prática que promova o uso racional de recurso natural, a redução de impacto ambiental e a valorização de aspecto social e ético



na execução do serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA deve ainda promover condição de trabalho segura e adequada ao Colaborador, garantindo o cumprimento da norma de saúde e segurança do trabalho e priorizar sempre que possível o uso de tecnologia, equipamento e material que contribua para a mitigação de impacto ambiental e a eficiência operacional.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA deve dispor de equipe técnica qualificada e com atribuição compatível para toda a atividade executada.

PARÁGRAFO QUARTO - O material, instrumento e equipamento necessário à execução do serviço será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deve assegurar a plena execução do serviço, em conformidade com o termo de referência e o contrato, responsabilizando por eventual dano decorrente de falha técnica ou omissão.

PARÁGRAFO SEXTO - O CONTRATANTE pode exigir a substituição imediata de profissional ou equipamento que não atenda ao padrão técnico estabelecido.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A execução do contrato deve observar rigorosamente as cláusulas pactuadas, a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, sendo as partes responsáveis pelas consequências decorrentes de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO OITAVO - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual, o cronograma será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante registro formalizado por apostila ao contrato.

PARÁGRAFO NONO - A comunicação formal entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA deve ser realizada por escrito, admitindo o uso de meio eletrônico, desde que garantido a formalidade, a rastreabilidade e a segurança da informação.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O CONTRATANTE pode convocar representante da CONTRATADA, sempre que for necessário, para adoção de medida imediata que assegure a adequada execução contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Após a assinatura do contrato pode ser realizada reunião inicial entre o Gestor do contrato e o representante da CONTRATADA, com o objetivo de apresentar o plano de fiscalização contratual, contendo orientação sobre a obrigação contratual, metodologia de acompanhamento, execução do objeto, plano complementar (se houver), critério de avaliação de desempenho e sanção aplicável.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A CONTRATADA deve realizar o serviço nos locais indicados, nos endereços dos aterros sanitários pertencentes ao CONTRATANTE, devendo fornecer o material, insumo, equipamento necessário para atender o procedimento elencado, mão de obra capacitada que lhe é inerente, inclusive com o custeio de encargos sociais, os quais devem ser comprovados quando solicitados.



PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – As datas específicas de cada realização das etapas serão definidas pelo CONTRATANTE, conforme o cronograma físico-financeiro da obra, podendo ocorrer antecipações ou postergações em razão de condições operacionais, climáticas, ajustes técnicos ou reprogramações devidamente justificadas pela fiscalização contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A execução do serviço será precedida de Ordem de Serviço emitida pelo CONTRATANTE, no qual constará o local, quantitativo e prazo para execução.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A CONTRATADA deve iniciar o serviço no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Caso não seja possível cumprir o prazo de início do serviço acima estipulado, a CONTRATADA deve dentro desse prazo comunicar formalmente a razão ocorrida, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvada a situação de caso fortuito e força maior devidamente comprovado.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - No caso de ocorrência de motivo de força maior (devidamente comprovada) que venha a impossibilitar o cumprimento do referido prazo de início do serviço, a CONTRATADA deve comunicar por escrito o CONTRATANTE no prazo máximo de 03 (três) dias que antecede a data de início do serviço.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Os serviços devem serem prestados nos Aterros Sanitários pertencentes ao CONTRATANTE, a saber:

a) Central de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos localizado no Município de Ariquemes/RO, sito à Rodovia RO 257, Linha C - 60, Lote 13/B, Gleba 20, Área de Expansão Urbana.

b) Central de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos localizado no Município de Jaru/RO, sito ao Lote 11/B, Gleba 52, Rodovia RO 464 (Linha 603), sentido Município de Theobroma, Zona Rural.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – A CONTRATADA deve executar o objeto em conformidade com a especificação descrita no termo de referência, no contrato e vinculada à proposta por ela apresentada, sendo de sua inteira responsabilidade a conformidade na instalação, garantindo a qualidade do serviço para que seja impermeabilizada a célula de forma completa e o sistema de drenagem não apresente falha proveniente do serviço executado.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - O fornecimento/entrega/serviço deve ser efetuado mediante nota de empenho e/ou ordem de faturamento/fornecimento referenciado na requisição e nota fiscal.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a prestar o serviço em conformidade com a especificação descrita no termo de referência e no contrato, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo, caso não esteja em conformidade com a referida especificação.



PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO – O CONTRATANTE se reserva do direito de devolver, no todo ou em parte o objeto que não atender ao que ficou estabelecido no termo de referência e no contrato, que não esteja adequado ao padrão estabelecido na legislação vigente.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - A despesa relativa a entrega do objeto, tais como, frete, transporte, alimentação, manutenção, hospedagem é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - Disponibilizar canal de atendimento para registro de chamado e outra solicitação, devendo ser através de via chat, telefone, WhatsApp, sítio na Internet ou e-mail, devendo ser capaz de gerar número para cada chamado registrado.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - O período de medição e faturamento abrangerá o período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês relativo à prestação de serviço.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO - A medição do serviço será realizada com base no quantitativo efetivamente executado, devidamente atestado pela fiscalização contratual, considerando a unidade de medida prevista no termo de referência.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO – O fornecimento do serviço será através de solicitação/pedido enviado pela Gestão Contratual discriminando o quantitativo da necessidade do Departamento solicitante.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO - A qualidade do serviço é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO – O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo prejuízo resultante da incorreta execução do contrato.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO - A instalação da geomembrana deve observar todas as especificações técnicas recomendadas, atendendo às normas ABNT NBR 16199:2020 — Barreiras geossintéticas – Instalação de geomembranas poliméricas e NBR 16757-2:2020 — Geossintéticos — Requisitos para aplicação – Parte 2: Barreiras geossintéticas.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO - A manta PEAD 2mm deve ser instalada na base (impermeabilização inferior ou de fundo), no interior das valas de dreno tipo espinha de peixe e lateralmente (impermeabilização lateral) nos taludes.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO - Os Tubos e Conexões em PEAD devem serem instalados e soldados em conformidade com os projetos.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO - A CONTRATADA deve executar o serviço com mão de obra, máquina e equipamento necessário para a instalação.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO - A despesa com



deslocamento, estadia e alimentação será de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO - Os horários de funcionamentos dos aterros sanitários são:

a) De segunda-feira a sexta feira, das 07:30hs à 12:00hs, das 14:00hs às 17:30hs.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO - Os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo geomembrana em PEAD, tubos e conexões destinados ao sistema drenante, serão fornecidos pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SÉTIMO - Compete a CONTRATADA a execução do serviço de instalação e soldagem, bem como o adequado manuseio, aplicação e utilização do material fornecido, responsabilizando por eventual dano decorrente de imperícia, negligência ou uso inadequado.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO OITAVO - A CONTRATADA deve conferir o material no momento do recebimento, comunicando formalmente à fiscalização qualquer irregularidade identificada, não podendo alegar posteriormente desconhecimento para justificar falha na execução do serviço.

CLÁUSULA QUINTA - DETALHAMENTO TÉCNICO DO MÉTODO DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE SOLDA TERMOFUSÃO - A solda de topo por termofusão inclui 4 etapas:

- I - Preparação;
- II - Aquecimento (fusão);
- III - Solda e;
- IV - Resfriamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A preparação é de extrema importância para a garantia da instalação e uma boa soldagem, essa etapa compreende:

- I - Alinhamento dos tubos e/ou conexões;
- II - Limpeza das superfícies de solda;
- III - Faceamento das extremidades de solda, assegurando o perfeito paralelismo das partes e a remoção de possível camada oxidada.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O aquecimento subdivide-se em 2 (duas) fases:

- I - Pré-aquecimento e aquecimento propriamente dito;
- II - O pré-aquecimento objetiva, primordialmente, assegurar que as superfícies de solda estejam totalmente em contato com a placa de aquecimento, é de curta duração com pressão elevada.



PARÁGRAFO TERCEIRO - O aquecimento se processa as baixas pressões, praticamente zero e por tempo correlacionado com a superfície de solda, para que o material atinja a temperatura de fusão apropriada.

PARÁGRAFO QUARTO - A solda consiste na compressão das superfícies de solda fundida, para que ocorra a penetração e a interligação molecular das duas partes. A pressão de solda deve ser mantida até que a temperatura caia abaixo da temperatura de fusão do material.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO – É vedado a subcontratação do objeto do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO - A condição de pagamento obedecerá à ordem cronológica.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para realização do pagamento além da efetiva comprovação da entrega dos serviços (objeto do contrato), faz necessário apresentar prova de regularidade fiscal e trabalhista vigente para o período de recebimento, análise e pagamento, composta por no mínimo os seguintes documentos:

- I - Certificado de Regularidade do FGTS.
- II - Certidão de Regularidade Débitos Federais (Dívida Ativa da União e Receita Federal).
- III – Certidão Negativa da Fazenda Estadual.
- IV - Certidão Negativa de Tributo Mobiliário Municipal.
- V - Certidão Negativa de Débito Trabalhista.
- VI - Certidão de falência e ou concordata.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O documento de regularidade fiscal e trabalhista constitui condição indispensável para o efetivo pagamento da despesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, o CONTRATANTE deve realizar consulta ao SICAF para:

- I - Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no certame.
- II - Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

PARÁGRAFO QUARTO - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.



PARÁGRAFO QUINTO - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deve comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

PARÁGRAFO SEXTO - Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deve adotar as medidas necessárias à rescisão contratual no processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

PARÁGRAFO OITAVO - Deve ser apresentada no Departamento Administrativo do CONTRATANTE a nota fiscal/fatura emitida em 02 (duas) vias em favor de:

Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN CENTRAL - CNPJ: 10.914.290/0001-32.

No corpo da nota fiscal deve conter:

- a descrição do material e ou serviço.
- Identificação do processo, empenho e número de convênio ou termo de compromisso, quando informado na nota empenho.
- número da conta bancária da CONTRATADA para depósito do pagamento.
- a data da emissão.
- o valor a pagar.
- eventual destaque do valor de retenção tributária cabível.

PARÁGRAFO NONO - Fica o CONTRATANTE autorizado a comunicar aos Órgãos Credores acerca da existência de crédito em nome da CONTRATADA, a fim de possibilitar medida judicial de bloqueio ou sequestro do numerário disponível.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A liquidação e o processamento da despesa correspondente ao valor efetivamente apurado e conferido pela Comissão do CONTRATANTE, deduzindo a glosa e a sanção aplicada que porventura tenha sido verificada, será efetuado pelo Departamento Financeiro, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da documentação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Na hipótese da nota fiscal/fatura apresentar erro ou dúvida quanto à exatidão ou documentação, o CONTRATANTE pode pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da CONTRATADA de reapresentar para cobrança a parte controvertida com a devida justificativa, nesse caso o CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar a partir do recebimento e análise da despesa pelo Controle Interno para proceder o pagamento.



PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, a CONTRATADA será notificada para no prazo de 03 (três) dias corridos sanear o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Na hipótese de devolução da nota fiscal, a mesma será considerada como não apresentada para fins de atendimento das condições contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O pagamento não será efetuado enquanto houver pendente a liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência do contrato, sem que isso gere direito ao pleito de reajuste de preços ou correção monetária.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal o CONTRATANTE, a seu critério, pode devolvê-la para a devida correção ou aceitá-la com a glosa da parte que considerar indevida.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - O CONTRATANTE efetuará retenção na fonte do tributo e contribuição sobre o pagamento a CONTRATADA, conforme o caso e exigência legal aplicável.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - O pagamento da nota fiscal atestada pela Comissão do CONTRATANTE se dará através de emissão de ordem bancária, na conta bancária indicada pela CONTRATADA, obedecendo a ordem cronológica.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - O prazo para pagamento da nota fiscal/fatura só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada nas obrigações contratuais.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Quando da ocorrência de eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deve ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora será calculado a taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100) \cdot 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA -
Aplica-se, no que couber o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto ao serviço



(objeto do contrato).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso de vício ou de qualquer outra irregularidade constatada, o CONTRATANTE fornecerá a CONTRATADA relatório concernente a essa ocorrência, expondo seu motivo, a fim de que a mesma seja corrigida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deve garantir a qualidade e eficiência do serviço (objeto do contrato).

CLÁUSULA NONA - DA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO – É vedado a antecipação de pagamento desse serviço (objeto do contrato).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO DE CRÉDITO – É vedado à cessão de crédito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE – O reajuste contratual terá por base pesquisa de mercado, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E/IBGE ou outro que o venha a substituir, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS – A repactuação de preços observará o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data do orçamento utilizado na proposta contratada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo mínimo para a primeira repactuação será contado a partir:

I - Da data limite constante do edital para apresentação da proposta ou orçamento.

II - Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo vigente à época da proposta, quando a variação de custos decorrer de mão de obra, vinculada às datas-bases desses instrumentos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A repactuação não prejudica o direito das partes de solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, conforme §6º do artigo 135 da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A repactuação deve ser solicitada pela CONTRATADA durante a vigência contratual. Caso não seja formalizada nesse período, será considerada preclusa, salvo cláusula expressa em contrário.

PARÁGRAFO QUARTO - O pedido de repactuação deve ser acompanhado de demonstração analítica do aumento dos custos, com base na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO - O CONTRATANTE tem o prazo de até 30 (trinta) dias para responder ao pedido de repactuação, nos termos do inciso X do artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEXTO - O CONTRATANTE pode realizar diligência para verificar a variação de custo alegada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- Não haverá exigência de garantia contratual da execução desse serviço (objeto do contrato).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO

ORÇAMENTÁRIA - O recurso orçamentário da execução do serviço (objeto do contrato) correrá a conta do recurso específico previsto no orçamento anual do CONTRATANTE, que tem como projeto atividade e elemento de despesa a seguir especificado:

Órgão - Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN CENTRAL/RO.

Unidade Orçamentária – 17 0101 2101 0000 Manutenção da Operacionalização do Aterro Sanitário Operacional.

Elemento de Despesa - 4.4.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Ficha Orçamentária - 051.

Centro de Custo - Unidade Operacional de Ariquemes e Jarú.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FISCAL DO CONTRATO E DO

GESTOR DO CONTRATO - A execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelo respectivo substituto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Gestor de Contrato será nomeado por Portaria.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fiscal do contrato será nomeado por Portaria.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para o CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das falhas ou dos defeitos observados.

PARÁGRAFO QUINTO - Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

PARÁGRAFO SEXTO - O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

PARÁGRAFO SÉTIMO - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O fiscal do contrato comunicará ao gestor



do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO NONO - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal de contrato, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos e as eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O gestor do contrato elaborará relatório final, com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

- No recebimento do serviço (objeto do contrato) deve verificar as especificações técnicas e obrigações constantes no contrato e no termo de referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento do serviço (objeto do contrato), consiste na verificação da quantidade do serviço, qualidade do serviço prestado pela CONTRATADA e sua aceitação e comprovado a adequação do objeto nos termos

contratuais e consequente aceitação mediante o termo de recebimento definitivo, autorizando assim o pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se, após o recebimento for constatado que o serviço (objeto do contrato) foi entregue de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior ou em desacordo com a especificação constante no contrato e no termo de referência, a CONTRATADA se obriga a substituir, corrigir e ou reparar o serviço em desacordo, após a notificação, sendo interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a irregularidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Deve ser comunicada e notificada por escrito e de forma tempestiva a CONTRATADA sobre qualquer ocorrência relacionada com a entrega do serviço (objeto do contrato).

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA deve reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir o serviço que foi rejeitado, parcial ou totalmente, por apresentar vício, defeito ou incorreção, no prazo máximo de 10 (dez) dias, devendo arcar com as respectivas despesas.

PARÁGRAFO QUINTO - O recebimento do serviço não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA em face de eventual existência de vício redibitório.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES - As obrigações das partes são:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DO CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos.

II - Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste termo de referência.

III - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

IV - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

V - Comunicar a CONTRATADA para emissão de nota fiscal, no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021.

VI - Exercer a fiscalização do serviço por Empregado Público especialmente designado como Fiscal de contrato na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

VII - Providenciar o empenho e posterior pagamento da Nota Fiscal e ou fatura em até 30 (trinta) dias, a contar da data seguinte ao seu recebimento pela



CONTRATADA.

VIII - Aplicar as penalidades previstas no presente instrumento, na hipótese de a CONTRATADA não cumprir os termos contratuais, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume de solicitações, arcando a CONTRATADA com qualquer prejuízo que tal ato acarretar ao CONTRATANTE.

IX - Prestar à CONTRATADA informação e dado por ela solicitado, desde que disponível e do conhecimento do CONTRATANTE, completando-o com cópia de análise, correspondência, instrução e documento, quando pertinente ao assunto desse objeto.

X - O CONTRATANTE não responderá por qualquer compromisso assumido pela CONTRATADA perante terceiros, ainda que vinculado à execução do contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seu empregado ou subordinado.

XI - Proporcionar condição para que a CONTRATADA possa cumprir sua obrigação dentro da norma e condição desse contrato e do termo de referência.

XII - Rejeitar no todo ou em parte, serviço e produto entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

XIII - Indicar o Empregado Público do CONTRATANTE para acompanhar, fiscalizar, bem como para atestar o recebimento do objeto do contrato.

XIV - Providenciar os pagamentos devidos a CONTRATADA, nos prazos acordados e de acordo com as notas fiscais/faturas emitidas e atestadas os recebimentos do objeto pelo Empregado Público Responsável.

XV - Eximir-se de qualquer responsabilidade por compromisso assumido pela CONTRATADA perante terceiros, ainda que vinculado à execução do contrato, bem como por dano decorrente de ato, omissão ou conduta de seu empregado, representante ou preposto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DA CONTRATADA:

I - A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e no contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas recorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações assumidas.

II - Responsabiliza-se por toda responsabilidade de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja a inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não pode onerar o objeto do contrato.

III - Arcar com as despesas dos serviços prestados, incluindo o custo presente na planilha e inclusive com as despesas de frete, transporte ou transportadora.

IV - A CONTRATADA deve declarar formalmente ciência integral da



obrigação contratual estabelecida, assumindo plena responsabilidade pela execução do serviço.

V - A CONTRATADA deve possuir comprovada capacidade técnica para prestar o serviço (objeto do contrato).

VI - A CONTRATADA obriga-se a informar para fins de recebimentos, citações, intimações, ordem de serviço e outras comunicações oficiais do CONTRATANTE, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico), número de telefone móvel, fixo e WhatsApp para contato.

VII - Paralisar por determinação do CONTRATANTE qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

VIII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do contrato.

IX - Cumprir além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

X - Orientar e treinar seus empregados quanto aos deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados a que tenha acesso por força da execução do contrato.

XI - Responsabiliza-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução do Contrato, eximindo o CONTRATANTE da consequência de qualquer utilização indevida.

XII - Indicar nas notas fiscais emitidas o efetivo período da prestação de serviço que está sendo faturado.

XIII - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos sejam por culpa da CONTRATADA ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se, consequentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidos por força de lei.

XIV - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

XV - Realizar a substituição de material/serviço em caso de incorreção ou defeito, caso necessite o produto trocado deve ter sua qualidade igual ou superior ao especificado, mantendo o mesmo valor licitado, sem cobrança de taxa adicional da que consta nesse procedimento licitatório.

XVI - A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o prazo estipulado para início, execução e finalização do serviço.



XVII - Levar imediatamente ao conhecimento do CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução do serviço, para adoção de medida cabível.

XVIII - Fornecer objeto e serviço de primeira qualidade, de acordo com as especificações previstas no termo de referência, no estudo técnico preliminar e no contrato.

XIX - A CONTRATADA compromete-se durante toda a vigência do contrato manter o CONTRATANTE devidamente informado acerca dos canais de comunicação atualizado, incluindo e-mail, telefone e WhatsApp.

XX - A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com a obrigação por ela assumida, toda a condição de habilitação e qualificação exigida na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

XXI - A CONTRATADA é obrigada a refazer de imediato e a sua expensa serviço em que se verificar irregularidade.

XXII - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, a CONTRATADA deve entregar ao Fiscal de Contrato a nota fiscal juntamente com os documentos necessários para o pagamento, que estão previstos no contrato.

XXIII - Manter durante a vigência do contrato sua regularidade fiscal e trabalhista.

XXIV - Disponibilizar equipe técnica qualificada e em número suficiente para execução do serviço (objeto do contrato).

XXV - Executar o serviço dentro do prazo definido pelo CONTRATANTE, inclusive em caráter emergencial, quando necessário.

XXVI - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, informando além do suporte permanente, o nome e número de telefone para atendimento personalizado.

XXVII - Responsabilizar-se por qualquer multa ou despesa imposta ao CONTRATANTE em decorrência de descumprimento de cláusula contratual, dispositivo legal ou regulamentar.

XXVIII - A CONTRATADA deve fornecer garantia mínima de 1 (um) ano para o serviço de instalação, contados a partir da entrega definitiva e aceite pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS – Comete infração administrativa a CONTRATADA que cometer quaisquer das infrações previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato.



II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento do serviço público ou ao interesse coletivo.

III - Dar causa à inexecução total do contrato.

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato.

IX - Fraudar procedimento licitatório/dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

XII - Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA que cometer quaisquer das infrações discriminadas na cláusula décima oitava e seus incisos ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I – Advertência, quando ocorrer a infringência do inciso I da cláusula décima sexta do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II – Multa no quantum de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou contratação, em caso de recusa da CONTRATADA em assinar o contrato e ou infringência dos incisos II à XII da cláusula décima sexta do contrato.

III – Multa no quantum de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou contratação, na hipótese de a CONTRATADA retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:



a) Deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório.

b) Desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela autoridade competente.

c) Tumultuar a sessão pública da licitação.

d) Descumprir requisitos de habilitação na licitação, a despeito da declaração em sentido contrário.

e) Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação.

f) Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

g) Propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório.

h) Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato.

i) Permanecer inadimplente após aplicação de advertência e/ou da multa moratória referida no artigo 147 do Decreto nº 08/2024/CISAN CENTRAL/RO.

j) Deixar de regularizar, no prazo definido pela autoridade competente, os documentos exigidos para fins de liquidação e pagamento da despesa.

k) Deixar de complementar o valor da garantia recolhida (quando necessário) após solicitação da autoridade competente.

l) Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade.

IV - O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias contínuos será considerado como inexecução total do contrato, devendo os instrumentos respectivos serem rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente motivada.

V - O atraso para apresentação, execução, prestação e obrigação contratual ou licitatória, para efeito de cálculo da multa e ou rescisão contratual, será contado em dias contínuos, a partir do 1º dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o seu cumprimento.

VI - Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da CONTRATADA se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE.

VII - Caracteriza-se como inadimplemento parcial quando do atraso injustificado para substituição de algum objeto quando adjudicado e ou contratado por item.

VIII - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração



Pública direta e indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infringência aos incisos II à VII da cláusula décima sexta do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

IX - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta dos Entes Federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infringência aos incisos VIII à XII da cláusula décima sexta do contrato, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

X - A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual e ou extinção contratual.

XI - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE.

XII - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

XIII - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

XIV - A aplicação das sanções previstas no contrato, em hipótese alguma isenta a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

XV - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

XVI - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da CONTRATADA deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

XVII - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



XVIII - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido pela CONTRATADA, com ou sem a participação de agente público.

XIX - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e subsidiariamente na Lei Federal nº 9.784/1999.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - As partes devem cumprir integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e demais normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os dados obtidos pelas partes somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do artigo 6º da LGPD.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA será responsável pela implementação de medida adequada de segurança da informação, destinada a proteger o dado pessoal tratado no âmbito da execução do serviço contratado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A coleta, o processamento e o armazenamento de dado pessoal deve restringir-se ao estritamente necessário para a execução do objeto contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - O tratamento de dado pessoal deve observar o princípio previsto na LGPD, especialmente o de finalidade específica, adequação, necessidade, consentimento e transparência.

PARÁGRAFO QUINTO - Na hipótese de transferência internacional de dado pessoal, a CONTRATADA compromete-se a adotar a providência necessária para assegurar a conformidade com a exigência da LGPD.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTRATADA notificará imediatamente o CONTRATANTE acerca de qualquer transferência internacional de dado pessoal.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA implementará mecanismo de segurança da informação eficaz para resguardar o dado pessoal contra acesso não autorizado, divulgação, alteração ou destruição indevida.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA realizará auditoria periódica de segurança da informação e comunicará o CONTRATANTE qualquer incidente que possa comprometer a proteção do dado pessoal.



PARÁGRAFO NONO - Em caso de violação de segurança que possa afetar a confidencialidade, integridade ou disponibilidade do dado pessoal, a CONTRATADA notificará ao CONTRATANTE sem demora injustificada. A notificação deve conter informação detalhada acerca da natureza da violação, sua possível consequência e a medida adotada para mitigar o risco decorrente.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A CONTRATADA e seu Colaborador diretamente envolvido na execução do serviço compromete-se a manter o sigilo e a confidencialidade sobre o dado pessoal tratado, tanto durante a vigência do contrato quanto após seu término.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A obrigação de confidencialidade abrange toda a informação relacionada ao dado pessoal, incluindo processo, procedimento e tecnologia utilizada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O CONTRATANTE reserva-se o direito de realizar auditoria periódica para verificar o cumprimento pela CONTRATADA da disposição contratual e legal, referente à proteção de dado pessoal.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A CONTRATADA compromete-se a colaborar integralmente com a auditoria, disponibilizando acesso a documento, registro e pessoal necessário à verificação.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O descumprimento da obrigação relacionada à proteção de dado acarretará responsabilidade civil, administrativa e contratual, podendo ensejar a rescisão do contrato, além de sanção prevista na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA INSCRIÇÃO DAS PENALIDADES NO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS – A Comissão Processante do CONTRATANTE, devidamente instituída por Decreto, promoverá a inscrição das penalidades que ensejam a suspensão, impedimento e inidoneidade da CONTRATADA no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica assegurado ao CONTRATANTE o livre acesso ao CEIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL – O CONTRATANTE pode rescindir unilateralmente o contrato com a CONTRATADA penalizada com as sanções administrativas, evitando com isso danos irreparáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL - Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa exclusiva da CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA que der causa a extinção do contrato ficará constituída em mora e ser-lhe-á aplicável a respectiva sanção administrativa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CONTRATANTE pode optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

I - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

II - Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o inciso I ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

PARÁGRAFO QUARTO – Em caso de extinção do contrato, aplicam-se também o artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO - Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do contrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do contrato, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Ariquemes/RO, ____/____/____.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE
RONDÔNIA – CISAN CENTRAL / RO
CONTRATANTE
GILLIARD DOS SANTOS GOMES
PRESIDENTE**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS



**NOME –
RG -
CPF -**

**NOME -
RG -
CPF -**



FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Minuta de Contrato	Contrato	19/05/2026

ID:	72610	Processo	Documento
CRC:	EA142174		
Processo:	1-286/2026		
Usuário:	LUIZ EDUARDO FOGAÇA		
Criação:	19/05/2026 11:28:32	Finalização:	19/05/2026 11:33:00

MD5: **7220F5E22F6EC6789E2DB57573B7C601**SHA256: **974FC90A701383CFD185A70EA9608124292E5991649AE67FE0D097DF2F7B6B08**

Súmula/Objeto:


MINUTA DE CONTRATO**INTERESSADOS**

CISAN CENTRAL	ARIQUEMES	RO	19/05/2026 11:28:32
---------------	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA	19/05/2026 11:28:32
--------------------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 LUIZ EDUARDO FOGAÇA	ASSESSOR JURIDICO	19/05/2026 11:33:24
--	-------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site cisan.digproc.com.br/ informando o ID 72610 e o CRC EA142174.